



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
CAMPUS – CAJAZEIRAS

**Riquezas da *Princesa do Sertão*: história, memória e patrimônio no Teatro da Ribeira
dos Icós**

MOISES ROSENO DE OLIVEIRA

CAJAZEIRAS – PB

2015

MOISES ROSENO DE OLIVEIRA

**Riquezas da *Princesa do Sertão*: história, memória e patrimônio no Teatro da Ribeira
dos Icós**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, como requisito para obtenção do grau
de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS - PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

O482r Oliveira, Moisés Roseno de
Riquezas da Princesa do Sertão: história, memória e patrimônio
no Teatro da Ribeira dos Icós. / Moisés Roseno de Oliveira.
Cajazeiras, 2015.
78f. : il.
Bibliografia.

Orientador (a): Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História e patrimônio público – Icó - CE. 2. Teatro Ribeira dos
Icós. 3. Patrimônio histórico – Icó - CE. I. Sales Neto, Francisco
Firmino. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -94:351.71(813.1)

MOISES ROSENO DE OLIVEIRA

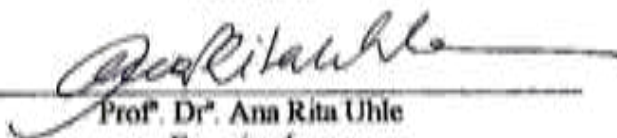
**RIQUEZAS DA PRINCESA DO SERTÃO: HISTÓRIA, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO NO TEATRO DA RIBEIRA DOS ICÓS**

APROVADO EM: 18 / 03 / 2015.

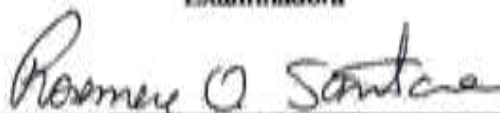
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Orientador



Prof. Dr. Ana Rita Uhle
Examinadora



Prof. Dr. Rosemery Olimpio de Santana
Examinadora

Prof. Ms. Isamaré Gonçalves Lôbo
Suplente

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o processo de tombamento do Teatro da Ribeira dos Icós, construído durante o século XIX, na cidade do Icó, no estado do Ceará. Mais especificamente, pretende-se avaliar como o teatro se tornou importante para a sociedade icoense a ponto de passar por um processo de tombamento, no século XX, identificando o valor atual que o teatro possui enquanto patrimônio histórico e avaliando qual o estilo de época e suas características artísticas e históricas – elementos que contribuíram para seu processo de patrimonialização. Aborda-se ainda a restauração como um processo de manutenção patrimonial do teatro. Para a realização deste trabalho foram utilizados como fontes o processo de tombamento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), documentos da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e documentos da criação do teatro. Tais fontes foram imprescindíveis no entendimento das muitas dimensões do bem cultural por fornecer um relato de sua patrimonialização no século XX.

Palavras-chave: Teatro da Ribeira dos Icós; Patrimônio Histórico; Icó.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the tipping process Theater the Riverside of Icos, built during the nineteenth century, in the city of Icó, in the state of Ceará. More specifically, we intend to evaluate how theater became important for icoense society about to pass a tipping process in the twentieth century, identifying the current value that the theater has as historical heritage and evaluating which style of time and their artistic and historical features - all of which contributed to its patrimonial process. Furthermore, it approaches the restoration as a process of balance theater maintenance. For this work were used as sources tipping process promoted by the Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN), the Department document the State of Ceará Culture and documents the creation of the theater. Such sources were essential in understanding the many dimensions of the object to provide an account of his patrimonialization in the twentieth century.

Keywords: Theater the Riverside of Icos; Historical heritage; Icó.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO	19
1.1 Patrimônio	19
1.2 De SPHAN para IPHAN.....	26
1.3 Patrimônio/Tombamento.....	32
2. O TEATRO ENQUANTO PATRIMÔNIO	35
2.1 Um lugar chamado Icó	35
2.1.1 Uma capitania a mais: início da ocupação do Estado do Ceará.....	35
2.1.2 Crise, superação e retorno: viva ao algodão.....	41
2.1.3 Século XX: locomotivas a todo vapor.....	44
2.2 Histórico do teatro.....	49
2.3 Elementos físicos e arquitetônicos.....	53
2.4 O teatro e seus arredores.....	55
3. RESTAURAÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO DO BEM PATRIMONIAL	57
3.1 Como ocorreu?.....	57
3.2 Manutenção: uma forma de conservação.....	63
3.3 Usos do bem como patrimônio.....	65
3.4 Significados simbólicos (artísticos, culturais e históricos).....	69
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIA	79

À memória de Ana Nadir Bandeira
de Oliveira, minha querida e
amada avó

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força, saúde e fé que Ele me concedeu para conseguir chegar ao fim desta jornada; e a minha família, que ajudou na minha formação ao longo dos anos.

Agradeço a todos os professores, em especial Francisco Firmino Sales Neto (meu orientador neste trabalho), Rosemere Olímpio de Santana e Isamarc Gonçalves Lôbo, por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas também pela manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional. A palavra mestre nunca fará justiça aos professores dedicados, aos quais, sem nominar a todos, terão os meus eternos agradecimentos.

À Universidade e a todo o corpo docente, direção e administração.

Agradecimentos também a alguns colegas e amigos de sala, em especial Fernanda Pereira Calisto, e a toda sua família que, por algum tempo, foi a minha também, criando com isso um grande elo de amor e carinho entre nós; e a Andrêssa Livanilde que, da mesma forma, também me deu abrigo, uma amiga que, além disso, considero como irmã. Obrigado pela paciência!

Ao meu supervisor no trabalho, Francisco José de Araújo, que sempre me apoiou quando precisei me ausentar.

À Priscila Rozeno Rodrigues, por sempre estar ao meu lado em todas as horas.

Aos meus colegas caminhoneiros, aos quais devo boa parte da conclusão das disciplinas, em vários semestres, onde precisei de carona e tantos me deram, sem saber quem eu era, assim como eu também não sabia quem eram. Obrigado pelas prováveis faltas não ocorridas, pelas provas realizadas, pelos seminários apresentados e tantas outras atividades vinculadas à instituição que me permitiram realizar

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

*Defender o nosso patrimônio histórico
e artístico é alfabetizar*

Mário de Andrade

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Teatro da Ribeira dos Icós. -----	11
FIGURA 02: Mapa que mostra as correntes de Sertão de fora e Sertão de dentro. Ambas serviam como rotas para a realização de expedições. -----	35
FIGURA 03: Mapa que mostra a evolução urbana de Icó a partir da capela de Nossa Senhora da Expectação. -----	38
FIGURA 04: Mapa da cidade de Icó em meados do século XIX. -----	41
FIGURA 05: Evolução urbana de Icó no início do século XX. -----	44
FIGURA 06: Mapa que mostra a configuração atual da época sobre a evolução urbana de Icó. -----	46
FIGURA 07: Principais vias do Ceará colonial. -----	48
FIGURA 08: Igreja de Nossa Senhora da Expectação. -----	68
FIGURA 09: Igreja do Senhor do Bonfim. -----	69
FIGURA 10: Sobrado do Canela Preta.-----	70
FIGURA 11: A Casa de Câmara e Cadeia. -----	71
FIGURA 12: Teatro da Ribeira dos Icós. -----	72
FIGURA 13: Plantas dos níveis que compõem o Teatro da Ribeira dos Icós. -----	73

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir sobre o processo de tombamento do teatro da Ribeira dos Icós, em 1983, situado na cidade de Icó, estado do Ceará, buscando refletir sobre sua importância como patrimônio histórico nacional.

No começo do século XVIII, a região onde hoje se encontra a cidade do Icó era habitada por tribos indígenas que se opuseram firmemente ao elemento colonizador. Entre as serras do Pereiro e os sertões do Cedro, o capitão-mor Gabriel da Silva Lago ergueu uma paliçada¹ para defender os moradores da ribeira do rio Salgado. Surgiu a partir daí o arraial Novo, atual cidade de Icó. A região foi povoada e desenvolvida pelas famílias Monte e Feitosa, que desfrutavam então de grande prestígio e dominavam vastas áreas do território.

Localizado no Estado do Ceará, o Icó é um município que se encontra a 400 km da capital Fortaleza, com uma população estimada de 80.000 habitantes. A sua colonização data do início do século XVIII. O Arraial dos Icós se tornou vila em 1736, sendo a terceira nessa categoria no Ceará, ficando atrás apenas de Aquiraz e Fortaleza.

No ano de 1842 alcançou a categoria de cidade. Conhecida como cidade histórica, o município possui na sua formação um grande acervo patrimonial arquitetônico e cultural respeitável, distinguindo-se pela sua imponência, esta encontrada em seus vários sobrados cobertos de pura beleza.

No caso do Teatro, encontrado na cidade citada acima, é uma obra arquitetônica magnífica, contendo na sua construção a presença do classicismo que foi projetada, na sua versão, pelo médico e historiador francês Pedro Theberge, que financiou com recursos próprios a sua construção em 1860. Podemos perceber essa magnitude na imagem a seguir.

Imagem 1: Teatro da Ribeira dos Icós.

¹ De acordo com o Dicionário Aurélio, Paliçada significa um Sítio cercado de estacas.



Fonte: Acervo pessoal

O Teatro da Ribeira dos Icós é uma construção de fundamental importância para seu Município, assim como para o estado do Ceará e para a cultura brasileira. Situado na praça principal da cidade, foi construído em 1860, com a feição rigorosa neoclássica, trazida pelo médico e historiador francês Pedro Theberge, quando da vinda da França com sua família para a cidade de Icó.

Esse teatro faz parte do conjunto arquitetônico da cidade do Icó, localizada a 400 km da capital do estado do Ceará (Fortaleza). Icó era conhecida como “A Princesa dos Sertões” pelo seu passado próspero. Segundo Nascimento,

“O núcleo tombado evidencia esses aspectos através da materialidade dos edifícios e as justificativas apresentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, órgão responsável pelas ações preservacionistas, o que permite relacionar esse espaço com a imagem de um “passado” que foi próspero: uma época em que a cidade era conhecida como: ‘A Princesa dos Sertões’” (NASCIMENTO. 2000, p.115).

O teatro possui um valor histórico-cultural como símbolo nacional, havendo a necessidade de sua preservação para as nações futuras com o intuito de reforçá-lo como um

elemento que faz parte da identidade coletiva do país, atribuindo-o a capacidade de promover a educação que formará cidadãos com base nas atividades realizadas no teatro enquanto patrimônio.

Encontramos como base na primeira legislação brasileira que normatiza o tombamento do patrimônio histórico-cultural, o decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), possibilitando que mais de 700 bens, entre eles arqueológicos, etnográficos, paisagísticos e históricos, fossem catalogados nos livros de tomo do órgão federal.

O tombamento tem como finalidade preservar os bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental em várias escalas, como a de um município, de um estado, de uma nação ou de interesse mundial.

Esse processo é aplicado somente a bens de interesse para a preservação da memória e referenciais coletivos, não sendo possível a sua utilização como instrumento de preservação em bens que sejam apenas de interesse individual. O ideal num processo de tombamento é que não se tombem objetos isoladamente, mas conjuntos significantes para a coletividade, conforme dispõe a Constituição Federal do Brasil. O tombamento serve para a preservação da memória de uma sociedade, uma vez que o passado de um povo é um dos alicerces de sua identidade.

No Brasil, o conceito de patrimônio, tal como o conhecemos hoje, surgiu na década de 1930, baseadas em discussões que precederam a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, atualmente IPHAN. Ao longo dos anos, esse processo teve à sua frente grandes personagens eruditos do nosso país como: Rodrigo de Mello Franco, Mario de Andrade, o arquiteto Lucio Costa e até mesmo o poeta Carlos Drummond de Andrade, que era secretário de Rodrigo de Mello Franco, diretor desse serviço. Com isso, veio também a criação das leis para ajudar no processo de tombamento. Uma delas, a lei que cria esse serviço de tomo, institui quatro tipos de livros diferentes em relação ao que se inscreve neles como tombado. A saber: 1º - o livro do patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico; 2º - o livro do patrimônio histórico; 3º - o livro do tomo das belas artes; e por último o 4º - livro das artes aplicadas.

Tendo em vista alguns patrimônios do Estado do Ceará, destacam-se três cidades que conservam os testemunhos deste início: Icó, Aracati e Sobral. Elas se sobressaem por terem

constituído os principais eixos de desenvolvimento dessa parte do território e de ter formado uma importante rede de cidades. Icó, enquanto ainda Vila, foi criada a partir da ordem régia de 1736, seguindo os princípios gerais ditados pelo urbanismo da metrópole naquele momento. Construída no meio do alto sertão, as sofisticações urbanísticas de Icó conservam no seu núcleo mais antigo as linhas básicas do desenho urbano de Lisboa, ou seja, uma praça bastante ampla com seus prédios públicos, ruas bem traçadas e retas, delimitando assim as suas quadras, estas relativamente uniformes.

O teatro é apenas uma parte de um todo. Esse todo é representado por um sítio composto por outros edifícios. Em 1997, o Icó foi a primeira cidade tombada pelo IPHAN no Estado do Ceará. Apesar do amplo acervo arquitetônico tombado, trato do processo de tombamento do Teatro da Ribeira dos Icó.

A abertura do processo de tombamento de um bem cultural ou natural pode ser solicitado por qualquer cidadão, proprietário do imóvel, organização não governamental, representante de órgão público ou privado, por um grupo de pessoas por meio de abaixo assinado e por iniciativa da própria Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC).

O tombamento pode ser feito pela União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Estado da Cultura; ou pelas administrações municipais que dispuserem de leis específicas. O tombamento também pode ocorrer em escala mundial, reconhecendo algo como Patrimônio da Humanidade. Isso só será possível se a instituição estiver diretamente ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Existe uma real preservação do bem, uma vez que o tombamento é uma das iniciativas possíveis de serem tomadas para a preservação dos bens culturais e ambientais, na medida em que procura impedir legalmente a sua destruição e descaracterização.

O interesse em analisar o processo de tombamento do teatro de Icó surgiu enquanto morador da cidade, valorizador da história local e também por passar boa parte da vida envolvido com os acontecimentos da cidade. Espero que este trabalho possa abrir caminho para que outros historiadores continuem a escrever sobre a história do Icó, especialmente de seu teatro, já que um único documento pode proporcionar várias outras possibilidades de pesquisa.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho são: mostrar a importância do teatro enquanto possuidor de valor histórico, arquitetônico, cultural e artístico nacional, além de mostrar o seu valor afetivo para a população icoense; entender a história de Icó como parte desse processo

de tombamento do teatro, bem como observar a arquitetura do teatro (elemento que contribui para sua consideração como bem patrimonial) e compreender seu processo de restauração.

Para entendermos o que é patrimônio histórico, precisamos partir do seu conceito, do seu significado. Portanto,

“... designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.” (CHOAY, 2006, p.11).

O conceito de patrimônio foi idealizado após a Revolução Francesa (1789), estendendo-se do privado, que são aqueles bens de uma pessoa ou grupos de pessoas, para o conjunto dos cidadãos. Antes, havia a seguinte concepção:

“A noção de patrimônio traz em seu bojo a idéia de propriedade. Etimologicamente, traduz a concepção de herança paterna. No sentido jurídico, refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.” (ABREU e CHAGAS, 2003, p.31).

Ou seja, não se tinha ainda uma visão de patrimônio como algo de valor, que não fosse o econômico. Bem como, não existia a concepção de que preservando ou mantendo um determinado bem, o mesmo serviria para gerações futuras entenderem a forma de pensar de uma sociedade, a sua cultura, ou determinadas ações de uma dada época a qual esse bem se encontra.

O recorte temporal a ser estudado, vai de 1979 a 2006, porem é de grande relevância que entendamos a importância da história da cidade para a contribuição no processo de tombamento do teatro. O ano citado acima esta relacionado ao período em que o processo de restauração do teatro estava a todo vapor, com negociações entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, com fins de alocar recursos financeiros para finalizar a obra de restauração.

A justificativa da temática deste trabalho se encontra na necessidade de entender as raízes históricas do desenvolvimento do município de Icó, presentes nas mais diversificadas fontes históricas, como por exemplo, em seus prédios.

Quanto à metodologia, se realizou por intermédio de consultas em fontes variadas como: livros, artigos, sites e, especialmente, no processo de tombamento do Teatro, este no formato de termo aditivo de retificação e ratificação firmado em 13 de março de 1979, conseguido na sede do IPHAN do Estado do Ceará². Tais fontes apontam os motivos pelo qual o teatro se encontra hoje tombado: Icó-Estudo para Tombamento Federal v.1, 2 e 3; Parecer nº 04-83 - teatro de Icó-CE; Patrimônio tombado-preservação-início-termo aditivo e Patrimônio tombado-preservação-restauração.

Em termos historiográficos, dialogo com os seguintes autores: Maria Cecília Londres Fonseca e sua obra – **O patrimônio em Processo** – na qual aborda a forma como é entendida a prática de tombamento nos anos de 1970 a 1990, exatamente o nosso recorte temporal. Na obra de Françoise Choay, **A alegoria do patrimônio**, conseguimos compreender como a ideia de tombamento e o conceito de patrimônio chegaram aos dias atuais, bem como as leis que constituem e definem esse processo e essa noção. A obra **O que é patrimônio histórico**, de Carlos A.C. Lemos, também contribuiu na formação de um conceito sobre o patrimônio. Por fim, tivemos ainda como referência Regina Abreu e Mário Chagas, autores do livro **Memória e patrimônio**. Segundo esses dois últimos autores,

“Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes a memória, patrimônio e museus. Paradoxalmente, os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições vêm convivendo com a era do descartável, da informação sempre nova, do culto ao ideal de juventude.” (ABREU e CHAGAS, 2003, p. 13).

Ou seja, mesmo com o avanço científico e tecnológico, onde as informações, ao mesmo tempo em que elas aparecem, logo ficam velhas, pelo fato de se atualizarem tão

²A 4ª Coordenação Regional, atual Superintendência Estadual do IPHAN no Ceará - IPHAN - CE, foi instalada em 1982 para atender aos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Em 2002 o Piauí foi incorporado devido a sua identidade com projetos voltados para o patrimônio arqueológico. No mesmo ano, o Rio Grande do Norte voltou a integrar a 5ª SR, junto com Pernambuco e Paraíba. A sede localiza-se em prédio tombado na praça José de Alencar.

rapidamente, ou sobre isso, ou sobre aquilo, não se pode negar que existe hoje uma gama de colecionadores preocupados em guardar obras antigas, de se preservar tradições, de se conservar prédios antigos, tudo isso para que as futuras gerações possam construir as suas memórias em cima daquelas passadas. Uma prova disso são os Museus.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta o histórico de patrimônio e seu conceito, baseando-se na formação de identidade nacional de um país. Também aborda sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Além disso, trata da questão do reconhecimento do patrimônio, mostrando um pouco da sua história que vai desde a Revolução Francesa, onde é criada a sua concepção, passando pelo Comitê de Instrução Pública, até chegar a Carta de Veneza.³

O segundo capítulo disserta sobre o histórico do Icó e a sua transformação ao longo dos anos em cidade. Discorre também sobre os elementos físicos e arquitetônicos, baseados no que se entende por neoclassicismo, desde a sua origem até a sua chegada ao Brasil. O capítulo ainda aborda sobre o espaço envolto do teatro, mostrando o seu conjunto arquitetônico, do qual o teatro faz parte, e também as necessidades da sua constante preservação.

E por último, o terceiro capítulo aborda a restauração como uma ação recuperadora de valores estéticos e históricos do teatro e como isso foi possível. A sua manutenção adequada e constante como uma maneira de evitar problemas e seus significados para a população icoense como fonte cultural, encerram este estudo.

CAPÍTULO 1

³ Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Idealizada em maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o histórico da noção de patrimônio, baseando-se em uma contribuição para a formação da identidade nacional de um país e nas suas várias representações ao longo do tempo. Assim, podemos entender como o conceito de patrimônio é importante para a continuidade de um determinado grupo social. Também tratamos aqui do surgimento de uma preocupação com o tema, chamando a atenção para a complexidade do termo.

Este capítulo ainda aborda a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi criado no final da década de 1930, mais especificamente em 13 de janeiro de 1937, pela lei nº 378, durante o governo de Getúlio Vargas. A sua estruturação era composta por intelectuais e artistas, como o renomado escritor modernista Mário de Andrade, quem elaborou um decreto junto a UNESCO para definir os bens patrimoniais do nosso país, a exemplo do que vinha sendo feito por outros países da Europa. Trataremos ainda da transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a instalação de uma regional no Estado do Ceará. Desde então, o IPHAN se constitui na posição de órgão federal responsável pelo patrimônio nacional brasileiro.

Não menos importante, o final deste capítulo aborda a questão do reconhecimento do patrimônio. Demonstrando um pouco da sua história, que vai desde a Revolução Francesa, quando foi criada a sua concepção, passando pelo Comitê de Instrução Pública, até chegar a Carta de Veneza, na qual aparecem os critérios nacionais, mentais ou epistêmicos, técnicos, estéticos ou éticos que passaram a dar valor ao monumento histórico.

1.1 Patrimônio

Patrimônio é o conjunto de bens materiais ou imateriais que contam a história de um povo e a sua relação com o meio em que se vive. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras.

No que diz respeito a este trabalho, o patrimônio encontrado aqui é o patrimônio histórico-cultural, pois o mesmo é baseado em uma arquitetura de época. A sua importância consiste na compreensão da identidade histórica, mantendo vivos, através desses bens, usos e costumes sociais de uma determinada sociedade.

Historicamente o termo patrimônio encontra-se associado às noções de sagrado, de herança e de memória. Possui sua raiz no latim – *patêr* – que classifica algo mais ou menos valioso que se herda/lega ou compra/aliena. Qualquer uma dessas palavras: herança, legado, comprar, alienação, encaminha-se ao passado. De fato, só se pode herdar ou legar, comprar ou vender, algo que preexiste a cada um desses atos.

Adotando isso como ponto de partida da nossa reflexão sobre patrimônio, percebemos que ele é algo que se relaciona com o passado e que não necessariamente se encontra tão distante. Essa ideia de um patrimônio comum a um grupo social nasceu no fim do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade, decidindo assim sua identidade e o seu merecimento de proteção enquanto tal.

Decorrendo dos seus limites físicos e conceituais, o patrimônio pode ser preservado e para que isso ocorra, utiliza-se de regras e leis. De acordo com Fonseca,

“foi a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (...). A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos” (FONSECA, 1997, p.54-59).

Como podemos ver na citação acima, a ideia de patrimônio veio para construir uma identidade nacional, de tornar efetivamente um determinado país em Estado-Nação, principalmente no período da modernidade.

Segundo Françoise Choay, o termo patrimônio, em sua origem, está ligada às estruturas econômicas, jurídicas e familiares de uma sociedade estável, em que essa noção se encontra consolidada no tempo e no espaço.

Nos dias de hoje, essa noção se encontra requalificada por diversos adjetivos - genético, natural, histórico, entre outros - que fazem dessa noção um conceito de possíveis mudanças, podendo ser, com frequência, empregado no cotidiano para designar um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma determinada pessoa, ou seja, suscetível de apreciação econômica.

Compreende-se, então, que essa transferência de propriedades consideradas como patrimônio do grupo e da família, ou do *status* relativo a tais propriedades, é de grande importância para a continuidade de um determinado grupo social. Ou seja, isso serve para que a pessoa da próxima geração que recebe a herança consiga se manter no mesmo nível social, seguindo as mesmas práticas sociais que a geração anterior.

Mesmo não estando sistematizado dentro da noção de patrimônio cultural, o interesse por vestígios do passado é antigo, já estando presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média. Choay (2001, p.31) observa que "entre a morte de Alexandre e a cristianização do Império Romano, o território grego revela à elite culta de seus conquistadores um tesouro de edifícios públicos (templos, teatros, etc.)".

Tal interesse aparece na história por causa dos atálidas⁴, povo que reuniu esculturas e objetos de arte decorativa produzidos na Grécia Antiga. Algum tempo depois, os objetos que encantaram esse povo, começaram também a provocar interesse aos romanos, os quais roubaram esses bens durante as conquistas de antigos territórios gregos.

No entanto, Choay (2006, p.43) comenta que o valor desses bens em Pérgamo e Roma

“não se prende à sua relação com uma história à qual conferissem autenticidade ou permitissem datar, nem à sua antiguidade: dão a conhecer as realizações de uma civilização superior. São modelos, servem para suscitar uma arte de viver e um refinamento que só os gregos tinham.”

⁴ Os atálidas eram uma civilização localizada próxima ao mar Egeu. Eram súditos de Átalo I, rei de Pérgamo, o governante que comanda as primeiras escavações arqueológicas conhecidas da história, em 210 a.C.

A citação acima relata que as antiguidades existentes tanto em Pérgamo quanto em Roma servem para povos futuros entenderem como essas civilizações viviam. Seus modos e costumes podem ser percebidos através dessas antiguidades. É isso que ocorre com a preservação atualmente, ela existe para tentar guardar o máximo possível a história de um determinado bem e através dele poder contar um pouco dessa história às gerações futuras.

Esse fato vem da perspectiva histórica, da falta de entendimento do tempo histórico e da articulação entre os três momentos que o constituem: o passado, o presente e o futuro. Essa deficiência é encontrada pela autora quando tenta compreender a temporalidade na relação entre o homem medieval e os monumentos clássicos remanescentes em sua época. Segundo CHOAY (2006, p.40),

“qualquer que sejam o saber das pessoas que deles dispõem e o valor que lhes é atribuído, [os objetos da Antiguidade na Idade Média] são assimilados diretamente e introduzidos no círculo de práticas cristãs, sem que se tenha criado à sua volta a distância simbólica e as interdições que na perspectiva histórica fatalmente implicaria (...). Móveis e imóveis, as criações da Antiguidade não desempenham, pois, o papel de monumentos históricos. Sua preservação é, de fato, uma reutilização. Ela se apresenta sob duas formas distintas: reutilização global, combinada ou não com reformas; fragmentação em peças ou pedaços, utilizáveis para fins diferentes e em lugares diversos.”

Os humanistas elaboraram o conceito de história no Renascimento. É nesse período que cresce a procura por estabelecer uma concepção tripartite da história, baseando-se na redescoberta da cultura clássica que leva os humanistas à distinção de três momentos: o período de florescimento, que correspondia à antiguidade clássica; a fase de decadência, que correspondia ao período medieval; e o tempo presente, de renascimento dos valores clássicos.

Essa concepção bate de frente com a concepção dualista dominante no período medieval, na qual a história universal era dividida entre o tempo presente da peregrinação terrena e o tempo da salvação no juízo final.

Com o surgimento do sentido de história, na Renascença, cria-se a condição necessária para que se constitua a noção de monumento histórico e uma literatura sobre o conhecimento

e o prazer propiciados pelas obras de Antiguidade, como a referência da arte clássica da época, a qual discorre sobre as regras da beleza arquitetônica. No entanto, Françoise Choay observa que as ações de preservação e restauro desses monumentos ainda não se dão de forma sistematizada, pois na época,

“a conservação dos edifícios (monumentos, grandes equipamentos e outros) tem lugar, necessariamente *in situ*. Ela provoca dificuldades técnicas muito diferentes. Está na dependência do domínio público e político, envolve mecanismos edíficos, econômicos, sociais, psicológicos complexos, que geram conflitos e dificuldades (...) Contra as forças sociais de destruição que os ameaçam, os edifícios antigos têm, como única proteção – aleatória, se não derrisória – a paixão do saber e o amor pela arte” (CHOAY, 2006, p.52).

A preservação de um determinado bem pela paixão só vai mudar a partir da sistematização das ações de conservação dos monumentos históricos com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, que ocorre exatamente no momento em que o Estado assume sua proteção. Para Choay (2006, p.29), hoje

“o patrimônio assume a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências internacionais concernentes a seu trato, em especial as convenções e recomendações da UNESCO, entre as quais a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria de 'patrimônio cultural da humanidade' para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista Histórico quer do da Arte ou Ciência.”

Mesmo depois de ser criada a categoria de patrimônio cultural da humanidade, na Conferência Geral de Genebra, há lugares que não dão o devido valor ao seu patrimônio. Não entendem que são ingredientes, no sentido de que compõem, fazem parte da humanidade e que os mesmos dão sentido e conteúdo ao mundo, não importa a sua forma, material ou imaterial, tangível ou intangível. É como uma comida. Você não vai sentir o sabor se ela não estiver temperada.

Não podemos entender patrimônio histórico apenas aqueles feitos de “pedra e cal”. Estão elencados também outras duas categorias que devem ser consideradas. São elas: os elementos relacionados à natureza, o meio ambiente e o conhecimento que gera a capacidade de sobrevivência e a reunião de bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer, aquilo que Carlos Lemos denomina de artefato: “... já podemos verificar que sempre devemos prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza” (1981, p.11).

A citação mostra claramente a concepção de artefato para Lemos. O artefato deve estar relacionado com o meio ambiente e o elemento humano, já que se um objeto se encontra isolado do seu contexto, logo não será compreendido como parte integrante de uma realidade social, por isso a necessidade da noção de que cada artefato conta a história da época e local de onde é proveniente, imprimindo assim a memória local.

Nesse sentido, preservar seria salvaguardar não só os artefatos, mas também toda a memória a que estão relacionadas, bem como preservar para manter viva a memória e a história dos locais a que esses objetos são ligados e garantir a compreensão da memória social.

Temos que entender que nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens que são reunidos, como pensa Lemos. Essa concepção pode ser vista no livro **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**, dos autores Regina Abreu e Mário Chagas. Segundo eles, o termo patrimônio não é uma invenção moderna. O mesmo se encontra no mundo clássico e na Idade Média, como já foi dito antes. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria patrimônio também se faz presente nas sociedades tribais.

É aí onde entra a questão do patrimônio imaterial ou intangível. Ele diz respeito a determinadas práticas da vida social, as mesmas se manifestam em modos de viver, ofícios e saberes; celebrações que possuem como formas de expressão as cênicas, as plásticas, eventos musicais ou lúdicas; e também nos lugares. Um exemplo disso acontece em uma festa católica, não podemos tocá-la com as mãos como se toca uma escultura, mas ela só existe se

conhecermos a imagem do determinado padroeiro, a letra e melodia do hino, comidas típicas, a própria igreja onde a celebração é realizada, etc.

Segundo o IPHAN, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”⁵

Essa nova qualificação se opõe ao chamado patrimônio de “pedra e cal”. Nessa nova categoria estão inseridos os lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Por sua vez, tal categoria possui a proposta de registrar essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Outra concepção de patrimônio possui em seu bojo a ideia de propriedade no sentido jurídico da palavra, referindo-se a um complexo de bens, materiais ou imateriais, direito, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.

Foi a partir da Revolução Francesa que o significado de patrimônio estendeu-se do privado para o conjunto dos cidadãos, desenvolvendo assim a concepção de bem comum, ou seja, da riqueza material e moral da nação. Essa noção veio acompanhada de um sentido de perda, logo era preciso salvar os vestígios do passado ameaçados de destruição.

Percebemos que a partir da Revolução Francesa, no que se refere ao que de melhor a humanidade produziu, o patrimônio nacional, além de construir uma referência para a formação de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional, também constrói, por parte desses mesmos indivíduos, um sentimento nacionalista.

⁵Esta definição está de acordo com a **Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Com o surgimento da UNESCO⁶, na década de 1940, refletiu a tentativa de quebrar os antagonismos entre as nações. Nesse contexto, destacou-se a vertente universalista da noção de patrimônio da humanidade. Essa noção incluía hábitos, costumes, tradições, crenças; enfim, um acervo de realizações materiais e imateriais da vida em sociedade, baseados agora em um conceito antropológico.

Neste contexto surgem as noções de patrimônio genético e de patrimônio intangível. Ambas estão intimamente relacionadas e dizem respeito a um momento de redirecionamento das preocupações da ordem mundial apontando para novos interesses.

Portanto, não se trata mais de demonstrar um caráter jurídico definidor de propriedade estatal ou privada de um recurso material, mas sim de bens materiais e imateriais, cujos valores estão no seu uso pela coletividade, garantindo o mais amplo possível acesso da população a eles, posto que constituam recursos essenciais para a garantia de vida digna da população humana, inclusive às futuras gerações.

1.2 De SPHAN para IPHAN

No que se refere à proteção do patrimônio cultural, esta se encontra relacionada ao enfoque da política cultural de cada país e recorrendo a sua própria história. A França, por exemplo, remontando as origens do movimento preservacionista do século XVIII, foi o primeiro Estado a assumir a responsabilidade na preservação. Em seguida a Inglaterra, cujo grande agente protecionista também foi o Estado. Sua ação se fez através da prática do tombamento a partir da primeira legislação protecionista de 1900.

Nos Estados Unidos, a preservação surgiu no século XIX motivada e impulsionada por uma visão romântica e patriótica, que a partir daí, foram surgindo associações nas cidades

⁶UNESCO é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. A sede da UNESCO fica em Paris, na França, e atua em 112 países.

coloniais da Costa Leste, tendo como principal objetivo preservar alguns edifícios ligados a grandes figuras da Revolução Americana.

No caso do Brasil e da América Latina, a preocupação com o patrimônio nasce como maneira de preservar a identidade nacional, quando as primeiras ideias de proteção ao patrimônio histórico-arquitetônico no país surgem em 1910. Influenciado pela noção europeia de patrimônio, os países africanos e asiáticos começam a concebê-la após 1945, a partir do nacionalismo que emerge nas ex-colônias, sobretudo nas francesas.

Referenciado pela América Latina, lembramos que, paralelamente à UNESCO, o Brasil aprovou, no ano de 1937, um Decreto-lei que efetivou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Definiu-se, pois, como patrimônio histórico e artístico nacional:

“o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (Decreto-lei nº 25/1937).

O primeiro documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi as Normas de Quito, em 1967, fruto de uma reunião da Organização dos Estados Americanos, visando à conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Tratou-se de um documento voltado, essencialmente, para a preservação de monumentos – arquitetônicos e paisagísticos – e bens artísticos, com o objetivo de preservá-los frente à exploração exaustiva de seus recursos naturais e a transformação progressiva das suas estruturas econômico-sociais.

No Brasil nas primeiras décadas do século XX apareceram algumas propostas de proteção aos bens culturais, sendo que entre 1917 e 1935, ganhou força a ideia de que a preservação é fundamental para que uma identidade nacional seja formada.

O tema do patrimônio faz-se presente no texto de duas Constituições. Na Constituição da República de 1934, o Artigo 10 menciona que compete, concorrentemente à União e aos

Estados, proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte. A Constituição da República da época reafirma que é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico brasileiro.

Então, em 1937, estruturado por intelectuais e artistas, entre eles o escritor modernista Mário de Andrade, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, em 1970, passou a se chamar Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O projeto, elaborado por Mário de Andrade,

“tornou-se lei somente em novembro de 1937 e desse ano é a memorável campanha de Paulo Duarte pelas páginas do jornal O Estado de S. Paulo, denominado ‘Contra o Vandalismo e o Extermínio’, quando aquele jornalista trouxe a público o estado lastimável e criminoso em que jazia o pouco que sobrou de nosso patrimônio Cultural Arquitetônico.” (LEMOS, 1981, p.38).

Ou seja, a partir de 1937, com a criação da lei que define o que é patrimônio histórico no Brasil é que se pode salvar, dos atos de vandalismo e extermínio, boa parte do que restou desses bens.

Atualmente o IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Segundo o próprio Instituto, sua responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

As políticas de preservação, segundo as instituições que as promovem, se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.

Nesse sentido, para o IPHAN, o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a

imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Atualmente, o patrimônio cultural é composto pelos chamados: patrimônio material e imaterial.

Os dispositivos que tratam da identificação, a proteção e a preservação do patrimônio material ou tangível de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade, estão presentes em um tratado internacional, denominado Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, aprovada pela UNESCO em 1972. Essa categoria de patrimônio é composta

“por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.” (IPHAN, 2007).

Já os dispositivos que tratam da identificação, proteção e preservação do patrimônio imaterial, ou intangível, são de formulação mais recente, e estão presentes na Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, aprovada pela UNESCO em 2003, que assim complementa a Convenção do patrimônio mundial, de 1972, de modo a contemplar a herança cultural da humanidade. Conforme a convenção do patrimônio imaterial, essa nova categoria consiste em:

“práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (UNESCO, 2003, p.03).

A partir dessas definições, posso enumerar em uma lista da qual se pode ter uma visão geral de todas as categorias de bens que fazem parte do patrimônio cultural. Atualmente o Patrimônio Cultural se encontra classificado da seguinte forma:

	Bens culturais	Bens imóveis	Bens móveis
Patrimônio material ou tangível	Arqueológicos, Paisagísticos, Etnográficos, Históricos, Belas artes e Artes Aplicadas	Núcleos urbanos, Sítios arqueológicos e paisagísticos, Bens individuais.	Coleções arqueológicas, Acervos museológicos, documentais, bibliográficos arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.
Patrimônio imaterial ou intangível	Práticas, Representações, Expressões, conhecimentos, técnicas, Instrumentos, Objetos, Artefatos Lugares, Comunidades, Grupos e Indivíduos.		

Nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, a 4ª coordenação Regional, atual Superintendência Estadual (SE) do IPHAN no Ceará, foi criada no ano de 1982 para atender, de início, os respectivos Estados. Por causa da sua identidade com projetos ligados ao patrimônio arqueológico, o Estado do Piauí foi inserido no ano de 2002.

Neste mesmo ano, juntamente com Paraíba e Pernambuco, o Estado do Rio Grande do Norte volta a integrar a 5ª SE. A sede do IPHAN do Estado do Ceará encontra-se situada na Praça José de Alencar, em um prédio tombado vizinho ao teatro com o mesmo nome da praça. A criação de Escritórios Técnicos na cidade de Sobral e Icó serve para dar um apoio maior e com isso realizar um trabalho mais eficiente em relação às ações vinculadas a instituição.

Depois de criada, a SE deu início a um inventário com o apoio da Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Regional do Cariri. Nele é possível perceber

diferentes manifestações culturais que representam a região e o seu patrimônio imaterial, considerado um dos mais importantes do País. A citação a baixo nos mostra duas dessas várias manifestações:

“A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, do município de Barbalha, também foi inventariada e documentada. Barbalha é um dos municípios mais tradicionais do estado, com representativo conjunto arquitetônico da época do ciclo da cana-de-açúcar. Sua festa de Santo Antônio, com a apresentação de cerca de 40 grupos folclóricos, atrai à cidade milhares de visitantes, que participam da procissão do Pau da Bandeira. O ponto alto da festa é o hasteamento da bandeira, num mastro de até 30 metros, plantado em frente à Igreja Matriz, em meio a grandes folgedos. Outro bem imaterial identificado foi a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto. Sendo uma manifestação religiosa, sua apresentação tem um forte caráter ritualístico, a começar pelos instrumentos, confeccionados obrigatoriamente com materiais rústicos recolhidos nos brejos da Chapada do Araripe pelos próprios músicos-agricultores, segundo tradição herdada do pai Aniceto, José Lourenço. A performance é uma pantomima comovente, relatando, grosso modo, a criação do mundo pela tradição dos índios Cariri. A Banda dos Irmãos Aniceto representa a permanência do mito, em seu aspecto primordial de explicação das formas da natureza, de onde a urgência de seu registro e salvaguarda.”⁷

Com isso podemos nos perguntar: qual a importância de se preservar a cultura de uma região? De acordo com a citação anterior posso responder com clareza a essa resposta. A cultura é uma herança que se torna uma verdadeira marca da qual é capaz de representar uma determinada comunidade ou região em qualquer lugar.

A necessidade da preservação, o respeito e a valorização dessa cultura é um bem que é deixado para as gerações futuras, as quais poderão se basear nos seus antepassados e a partir daí saber como foi que eles viveram e se desenvolveram, podendo garantir dessa forma a sua identidade.

Retornando ao histórico do IPHAN no Ceará, o setor que corresponde à preservação de bens materiais conseguiu realizar o restauro da Igreja Nossa Senhora de Almofala, em Itarema e também foram iniciadas as obras de emergência no Sobrado do Barão de Aracati, onde funciona o Museu Jaguaribano, em Aracati.

⁷ Informação encontrada no site oficial do IPHAN

O setor responsável conseguiu inscrever no Livro do Tombo, com destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e a pintura do forro da nave principal, o Conjunto Paisagístico dos Serrotes, em Quixadá, e o Conjunto Histórico e Arquitetônico da cidade de Viçosa.

1.3 Patrimônio e Tombamento

Para se entender o reconhecimento de patrimônio histórico nos dias de hoje é necessário voltarmos no tempo. Vamos para o período da Revolução Francesa. Esse período, que aconteceu no século XVIII, se tornou muito importante, pois é nele que se inicia a organização do patrimônio como fonte de estudo e provas científicas de uma formação de identidade nacional.

A Revolução conseguiu danificar vários bens existentes na época, dos quais muitos foram destruídos. Por exemplo: algumas igrejas foram incendiadas, estátuas derrubadas e/ou decapitadas, castelos saqueados, etc. Com esse tipo de ação, conhecida como vandalismo, dentro da Revolução, surgiu uma preocupação de se preservar esses bens. Segundo CHOAY, “Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico” (2006, p.113).

Não é necessário demolir os monumentos que existem em determinados lugares para se livrar do passado. Fazendo isso estamos definindo-os como coisas velhas que não nos servem mais. Pelo contrário, os monumentos antigos assumem um papel fundamental para a formação da nossa identidade. É através deles que a nossa História é contada e vivenciada, mas para que isso aconteça, precisamos nos interessar por esse conhecimento. Só assim conseguiremos fazer com que esses monumentos ultrapassem o seu sentido histórico.

A obra de proteção do patrimônio francês, ainda permanece desconhecida. Mas ganhou destaque nas mãos de Rúcker.⁸ Foi ele quem analisou de forma detalhada, baseando-se em arquivos e documentos oficiais publicados entre os anos de 1790 e 1795, chegando à

⁸ Rúcker foi quem conferiu o conjunto dos documentos publicados 1790 e 1795 na França, a fim de conservar e proteger os monumentos históricos.

conclusão de que nela ocorreu a invenção da conservação do monumento histórico com seu aparelho jurídico e técnico.

Com os acontecimentos de preservação dos monumentos históricos, a França conseguiu ir além de suas fronteiras, repercutindo em muitas outras regiões da Europa. Podemos fazer traçado alguns paralelismos com a consolidação posterior desse campo no nosso país, em especial no que diz respeito ao uso dos bens culturais como forma de sustentar a nacionalidade, bem como a busca de um Estado idealizado.

A França com esse tipo de processo serviu de modelo para vários países. Mesmo com as semelhanças e exemplos de lá, as transformações ocorridas foram extremamente complexas. Elas causaram alterações nas variadas culturas com o seu próprio passado. Muitos foram os fatores que contribuíram para o acontecimento desse processo. Por exemplo: o Iluminismo, as profundas e aceleradas mudanças geradas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, e as reações às destruições maciças posteriores à Revolução Francesa.

No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes: a nobreza e clero. Por causa disso, várias medidas foram tomadas, levando à criação de legislação sobre o assunto.

“A obra conservadora dos comitês revolucionários resulta de dois processos distintos. O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e governo do Comitê de Salvação Pública. (...) suscita uma reação de defesa imediata, comparável à que foi provocada pelo vandalismo dos reformados na Inglaterra. Contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão e outro significado, político. Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional.” (CHOAY, 2006, p.97).

Os relatórios sobre o vandalismo ideológico, elaborados pelo abade Henri Grégoire (1750-1831), apresentados ao Comitê de Instrução Pública na Convenção, em 1793 e 1794, foram de grande importância. O abade denunciou a barbárie cometida contra os monumentos históricos, enfatizando sua vocação pública e a responsabilidade coletiva por sua preservação.

Com o decreto lei elaborado, o mesmo serviu para a inibição de abusos, conclamando os bons cidadãos para uma férrea vigilância contra aos maus tratos para com os monumentos das ciências e das artes.

Apesar dessas iniciativas francesas não terem sido suficientes para coibir por completo a destruição de muitos bens, demonstraram a preocupação de um Estado da Era Moderna em reconhecer obras de valor histórico como de interesse público, e em ter participação ativa na sua tutela e preservação.

Efetivando os monumentos históricos como propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários muniam-nos de um valor nacional preponderante e lhes imputavam novos usos, educativos, científicos e práticos. É a partir dessa passagem à prática da conservação, assim como o conjunto das disposições e dos procedimentos inéditos elaborados para gerenciá-la, é que assinalam, pela primeira vez, uma intervenção inovadora da França na gênese do monumento histórico e de sua preservação.

Desta forma, na arrancada de 1789, todos os elementos necessários a uma confirmação política de conservação do patrimônio monumental da França pareciam reunidos: criação do termo monumento histórico, cujo conceito é mais amplo, nivelado ao de antiguidades; levantamento do corpus em andamento; administração encarregada da preservação, dispondo de instrumentos jurídicos e de critérios então exclusivos.

O conceito de patrimônio era afetado por uma forte conotação econômica, que auxiliava para a sua ambivalência. Quanto à noção de monumento histórico, ela devia continuar muito vaga para a maioria do público ainda durante muitas décadas.

Portanto, perceber um monumento histórico como algo a ser valorizado, vai depender muito do seu reconhecimento como algo valioso, principalmente por causa das suas divisões cronológicas. Os critérios nacionais, mentais ou epistêmicos, técnicos, estéticos ou éticos encontrados na Carta de Veneza, permitem assinalar os momentos marcantes e os momentos significativos na história do monumento histórico.

CAPÍTULO 2

O TEATRO ENQUANTO PATRIMÔNIO

Este capítulo tem como objetivo apresentar o histórico da transformação, ao longo dos anos, de Icó em cidade. Nesse mesmo histórico aparecem algumas imagens que ajudarão o leitor a compreender melhor a evolução urbana da cidade de acordo com cada época tratada no decorrer do texto. Relatar também o histórico do teatro é o que pretende este capítulo, expondo aqui a sua construção, as suas utilizações no decorrer do tempo, a sua importância como uma das peças mais valiosas de todo um acervo do qual faz parte e também a sua relevância histórico-cultural.

Este capítulo também se propõe a exibir os elementos físicos e arquitetônicos que compõem o teatro, baseados no que se entende por neoclassicismo, desde a sua origem até a sua chegada ao Brasil, tendo sido trazida pela Missão Artística Francesa. Na terceira parte que compõe o capítulo, realçamos o espaço entorno do teatro, mostrando o seu conjunto arquitetônico do qual o teatro faz parte e também as necessidades da sua preservação.

2.1 – Um lugar chamado Icó

2.1.1 – Uma capitania a mais: Início da ocupação do Estado do Ceará.

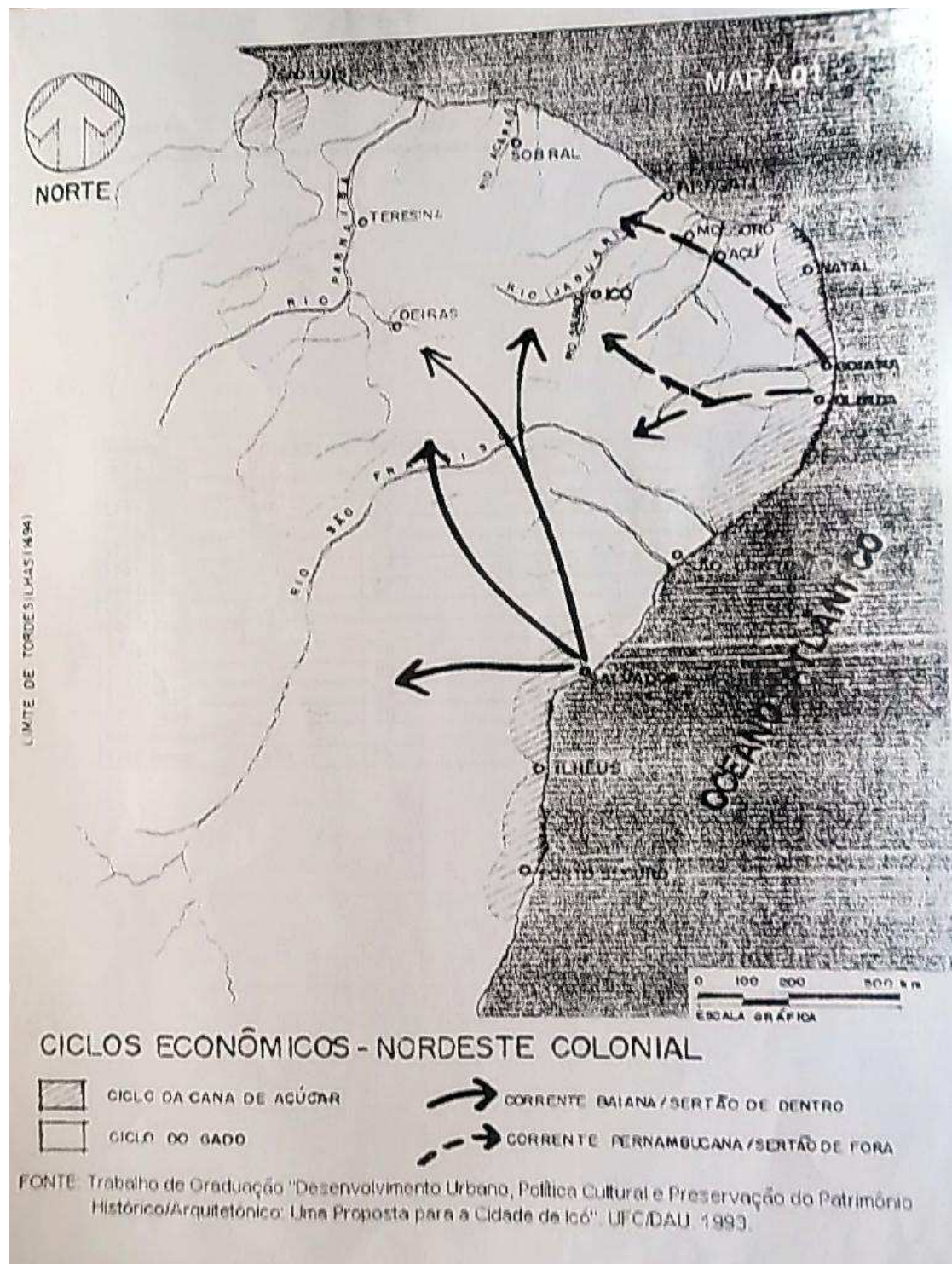
A consolidação da ocupação das capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, ocorreu durante os séculos XVII e XVIII por causa do crescimento da pecuária que, por sua vez, respondia a demanda da produção açucareira. De acordo com o avanço dos canaviais pelo litoral, principalmente entre a Bahia e a Paraíba, aos poucos a pecuária foi tangida para as terras do sertão.

A atual região Nordeste com a sua conformação geográfica ajudou bastante para essa expansão. Contribuição que se estendeu às margens dos rios, os quais serviram de deslocamento do gado no clima semiárido e de rotas favoráveis às expedições:

“Assim, a partir do Rio São Francisco, adentraram as primeiras expedições que chegaram as terras do Piauí, Ceará e Maranhão. De Pernambuco formou-se uma segunda trilha que partia dos grandes centros comerciais dessa Capitania em direção as margens do Rio Parnaíba chegando a encontrar-se com a rota vinda da Bahia. A primeira corrente foi denominada de ‘Sertão de Dentro’ e a segunda de ‘Sertão de fora’. Ambas confluíam para o Ceará.” (IPHAN, 1997, p. 01).

A imagem a seguir contribui para entender melhor quais os caminhos utilizados, tanto como rotas de deslocamento do gado, como para as expedições, quando se observa as setas direcionarem os caminhos do litoral para o sertão.

Figura 2: Mapa que mostra as correntes de Sertão de fora e Sertão de dentro. Ambas serviam como rotas para a realização de expedições.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó - Estudo para Tombamento Federal vol. 1⁹

⁹ Algumas imagens abrangem toda a página, dessa forma, elas poderão transmitir uma melhor compreensão sobre seus dados.

O sertão dessa região, atualmente Nordeste, testemunhou vários confrontos entre os grupos indígenas que foram expulsos das terras pelos colonizadores, especialmente das ribeiras dos principais rios, para darem lugar à expansão da pecuária. A maioria das terras eram utilizadas para a pecuária, tornando-se com isso, um processo violento de expansão para o interior da Capitania, principalmente naquela que deu origem a Vila do Icó, a Ribeira do Jaguaribe.

A ocupação da Capitania do Ceará se concretizou a partir de 1700 e em 1725 estava consolidada a cobrança de impostos nessa localidade. O conflito com os índios, vencidos pelos portugueses, propiciou definitivamente a pecuária como uma atividade econômica estável, gerando lucros tanto para o Estado português quanto para os proprietários da Capitania. A Capitania do Ceará foi dividida em três ribeiras, a que mais contribuía com os impostos era a Ribeira do Jaguaribe, pois tinha se tornado a principal área de desenvolvimento da pecuária. Em seguida a Ribeira do Jaguaribe foi dividida em duas outras ribeiras, a de Russas e a de Icó, em ambas possuíam a mesma importância no nível de arrecadação de impostos.

Em 1729 a Vila de Icó era criada, sendo regulamentada no dia 20 de outubro de 1736 e se tornando uma área de rivalidade entre duas famílias. Sobre isso, leiamos:

O povoado que precedeu a Vila surgiu da ocupação de sesmeiros ao longo do Rio Jaguaribe ao instalarem-se com currais de gado e casas de vivenda pelas ribeiras do Icó, Dos Quixelôs, do Riacho do Sangue e circunvizinhanças. Duas famílias disputavam a posse dessas terras, os FONSECAS e os MONTES. A João da Fonseca Ferreira vincula-se o surgimento do povoado de Icó de Baixo, ou Arraial dos FONSECAS que veio a desaparecer devido as inundações constantes a que estava submetido. O povoado de Icó de Cima, ou Arraial dos MONTES fundado pela família de Francisco de Monte e Silva a partir de uma data de sesmaria concedida em 12 de janeiro de 1708 desenvolveu-se e veio a ser mais tarde a Vila do Icó (IPHAN, 1997, p.07).

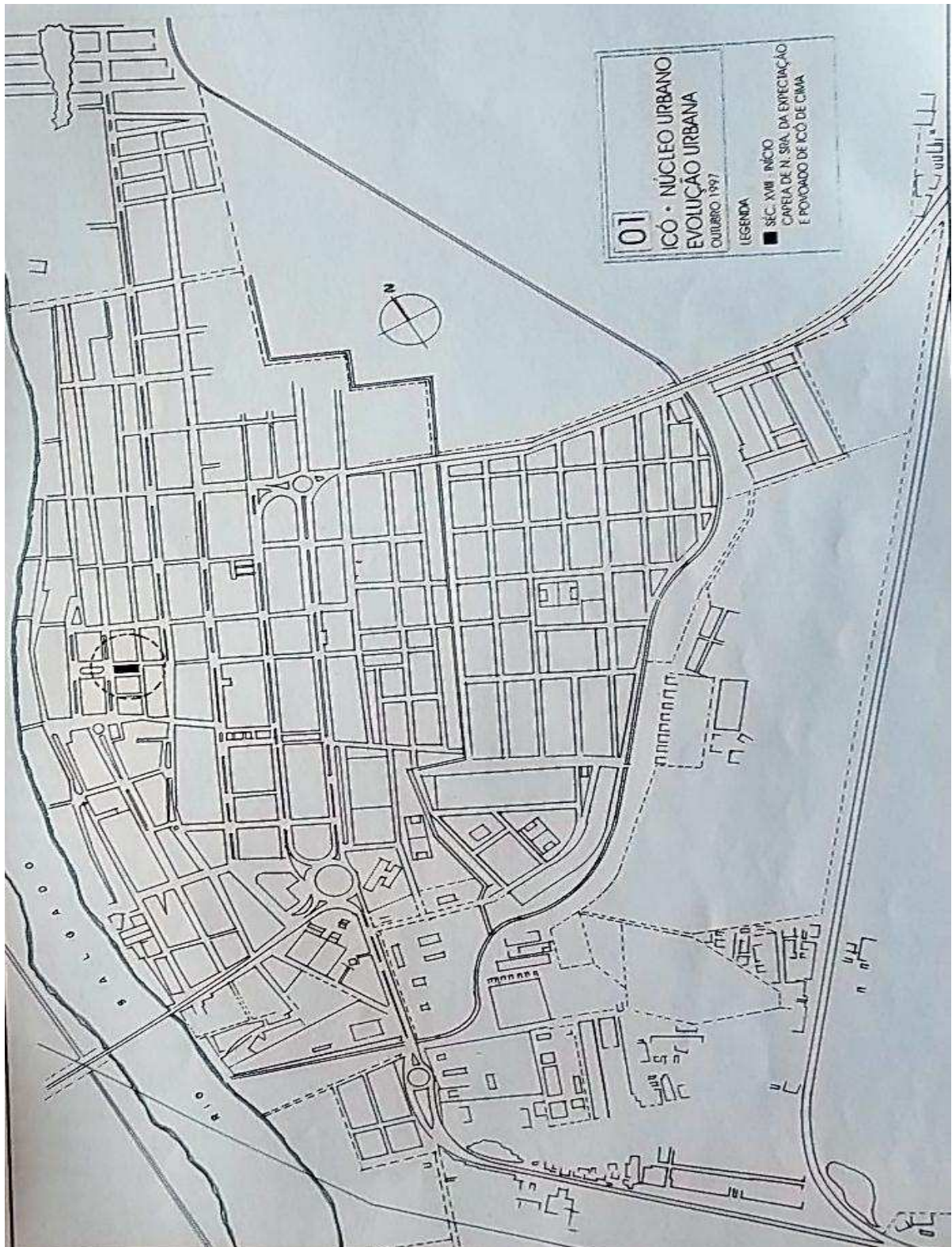
Situado na área mais dinâmica da Capitania do Ceará, o Arraial do Icó encontrava-se em um ponto estratégico onde duas vias de comunicação colonial se cruzavam, eram elas: a Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas. Outra estrada convergia para o Icó, ela

era conhecida como a Estrada Nova das Boiadas. Todas elas se tornaram o principal meio de ligação entre as áreas de produção.

Depois de criada, de acordo com a Carta Régia de 20 de outubro de 1736, a Vila do Icó não funcionava como deveria por falta da construção da Cadeia Pública e da Câmara Municipal. Sobre a Cadeia Pública, esse debate se estendeu desde 1741, ano em que foi criado um imposto com a finalidade de arrecadar verbas para a construção da Cadeia, indo até o ano de 1780, quando realmente se iniciou a construção da mesma. E sobre a Câmara Municipal, esta foi construída em 29 de agosto de 1821 graças ao ouvidor José Raymundo Poço Porbem Barbosa, segundo o documento do IPHAN analisado.

A partir da seguinte imagem, pode-se perceber a evolução urbana do núcleo da cidade de Icó. Assim como outras cidades, Icó contempla essa evolução que se iniciou lá no século XVIII e veio até o século XX. De acordo com o documento do IPHAN, a última imagem seria a mais atual, já que o mesmo foi produzido em outubro 1997.

Figura 3: Mapa que mostra o início da evolução urbana de Icó a partir da capela de Nossa Senhora da Expectação.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó- Estudo para Tombamento Federal vol. 1

2.1.2 – Crise, superação e retorno: viva ao algodão

Com a crise da pecuária e a introdução da Capitania no mercado europeu como produtor de algodão, a economia do Ceará sofreu importantes transformações. Em 1840 há uma recuperação da agricultura, ganhando destaque pela produção algodoeira. Tal recuperação estava ligada as mudanças acontecidas no mercado mundial, do qual saía de uma extensa crise.

Nessa nova fase, o Ceará foi transformado em uma imensa plantação de algodão, deixando de fora apenas áreas serranas, onde se desenvolveu a produção de café. Nessa produção de café, destaca-se a serra de Baturite.

Essas transformações conseguiram revigorar a economia da Ribeira do Jaguaribe. Onde existia uma área com grande desenvolvimento na pecuária, agora essa atividade era substituída pela plantação de algodão.

O século XIX e suas transformações também serviram para modificações nos espaços públicos da Vila de Icó.

Segundo histórico produzido pelo IPHAN, o poder Público, diante do crescimento e recuperação da agricultura algodoeira, queria retomar as velhas estradas que davam acesso a Vila e com isso foi criado um novo plano urbanístico, no qual a resolução provincial instituiu e definiu como seria a largura das ruas, o comprimento dos quarteirões, toda a dimensão dos terrenos e a altura e largura das portas e janelas nas construções realizadas a partir de então. Com a sua elevação à categoria de cidade, ocorrida no ano de 1842, Icó passou a ser considerada como um dos núcleos urbanos cearenses a possuir um grande índice de desenvolvimento urbano.

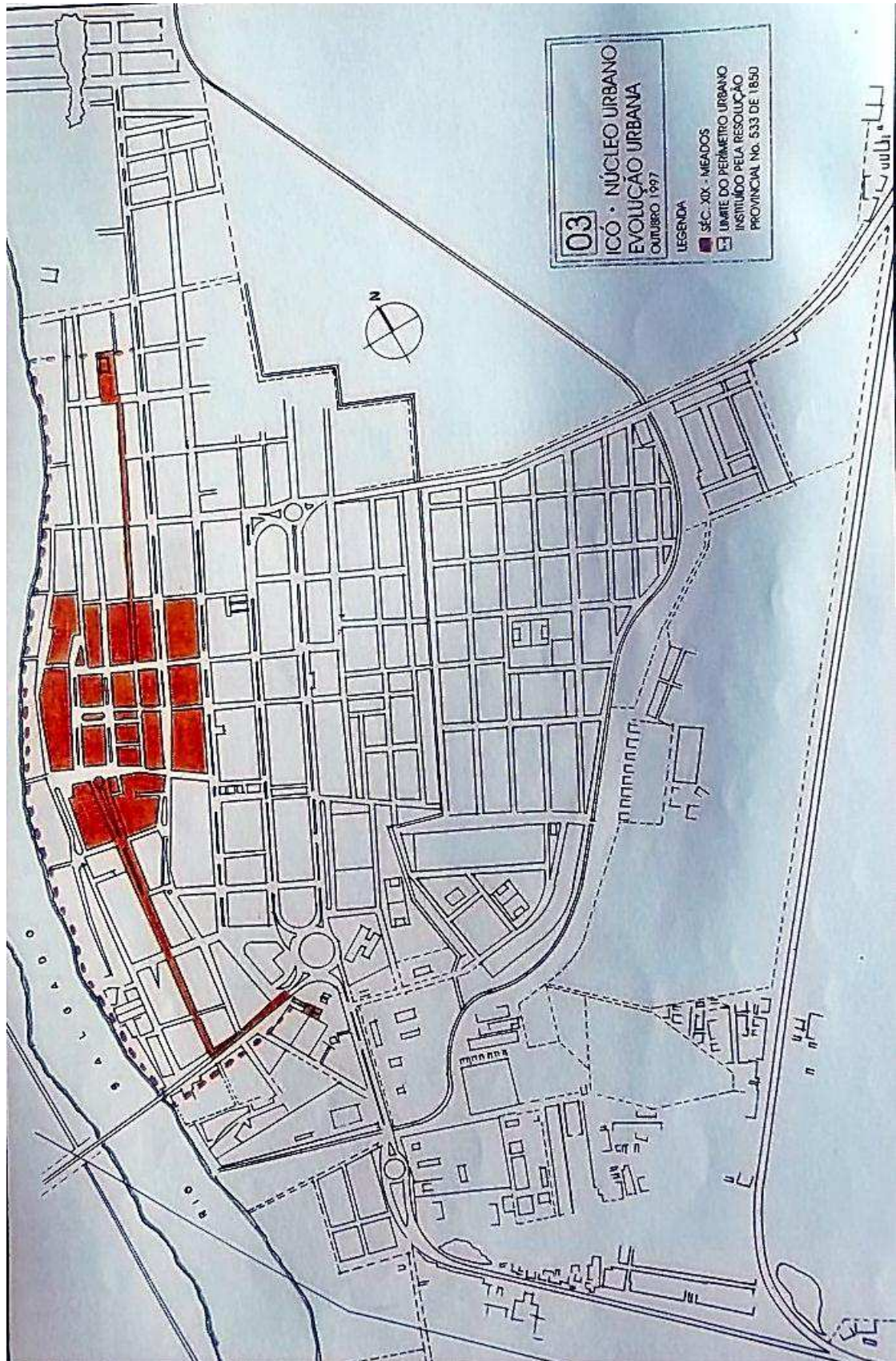
O mesmo documento diz que, naquele mesmo ano, as obras que deram origem ao Teatro da Ribeira dos Icó foram iniciadas. Tal afirmação é feita a partir do relato feito por Francisco Freire Alemão, botânico e chefe da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Percebe-se que a economia algodoeira ajudou bastante na evolução da Ribeira do Jaguaribe, principalmente no quesito das intervenções feitas nas edificações públicas a partir das transformações ocorridas neste século.

Em meados do século XIX, a evolução urbana de Icó já se encontrava mais avançada. Com a construção de mais imóveis, a cidade ganhou novos limites criados pela resolução provincial nº 533 de 1850.

Dessa forma, a seguinte imagem nos ajuda a acompanhar essa evolução.

Figura 4: Mapa da cidade de Icó em meados do século XIX.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó- Estudo para Tombamento Federal vol. 1

Nos anos que vão de 1877 a 1879, o Icó é arrasado com uma grande seca, fazendo com que repercutissem profundas marcas na economia da cidade. Foi ainda pior pelo fato de ter coincido com a perda do mercado consumidor de algodão europeu que se encontrava em grande concorrência com os Estados Unidos.

Nesse mesmo período a cidade de Icó passou a dispor de iluminação pública graças à intervenção da Câmara municipal, que conseguiu arrecadar recursos públicos que foram adquiridos em função da seca como estratégia pelos grupos dominantes.

A crise da produção algodoeira deu início ao declínio econômico da cidade do Icó no final do século XIX, isso foi ruim para a cidade, pois esse era o seu principal produto de exportação.

2.1.3 – Século XX: locomotivas a todo vapor

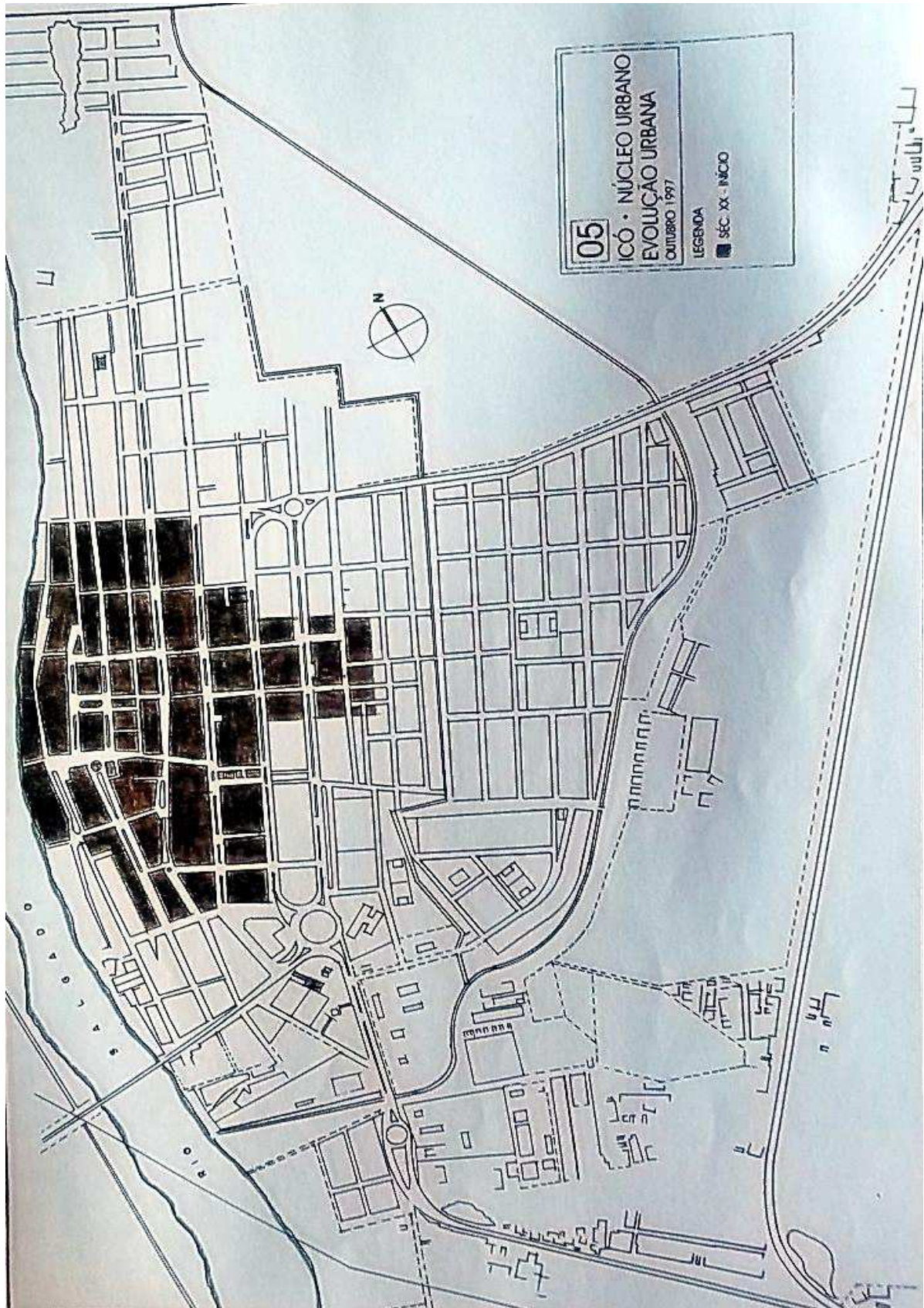
O sofrimento causado pela crise algodoeira ficou ainda pior depois que a estrada de ferro foi construída não passando em Icó. Depois disso a situação só declinou, implicando na perda das funções que a cidade exercia. Uma delas era a distribuição dos produtos da região litorânea para a dos Inhamus, Cariri e outras províncias vizinhas e a outra era a exportação dos produtos para o litoral. Neste caso, quem acabou sendo privilegiada foi Fortaleza, pois garantiu assim a sua hegemonia no âmbito da província:

“O complexo econômico consolidado no período colonial que tinha como centros urbanos mais representativos as cidades de Aracati e Icó, vinculava-se estreitamente a economia de Pernambuco e jamais integrou-se aos projetos de autonomia cearense. O traçado da estrada de ferro ao não contemplar estes dois importantes núcleos urbanos, pode ser interpretado como um dos elementos que favoreceram a consolidação da hegemonia de Fortaleza, acirrando a crise econômica que já atingia Icó e Aracati.” (IPHAN, 1997, p.21).

Em várias cidades próximas a Icó ocorreu à inserção de ferrovias, dentre elas, Iguatu, Lavras da Mangabeira, Crato e Juazeiro. Com o Icó ficando fora dessa rota, a cidade de Fortaleza acabou se tornando um centro aglutinador e um novo polo economicamente forte.

Depois de atravessar inúmeras crises, surgiu em Icó uma nova elite que seguiu as modernas tendências da Europa, que mudaram a cara do Icó no que se refere à arquitetura. Chalés e as construções e remodelações com um estilo eclético, são um exemplo dessa postura. Na primeira década do século XX, a evolução urbana de Icó se encontrava mais ampla. Vejamos:

Figura 5: Evolução urbana de Icó no início do século XX.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó – Estudo para Tombamento Federal vol. 1

Já nesse período, a retomada do desenvolvimento de Icó é abalada novamente com uma grande epidemia de cólera, ocasionado a morte de muitas pessoas, promovendo também a saída de várias famílias que eram consideradas tradicionais na cidade.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) apareceu no Icó na década de 1920 para ajudar o município com a criação do açude de Lima Campos. Em seguida, com a propagação do automóvel nas décadas de 1930 e 1940, começou-se a abrir estradas de rodagem. Essas estradas não trouxeram muitas vantagens para o Icó, porque este já perdera para Crato e Iguatu a rota de circulação das mercadorias pelo fato de terem sido, nelas, implantada o sistema de ferrovias.

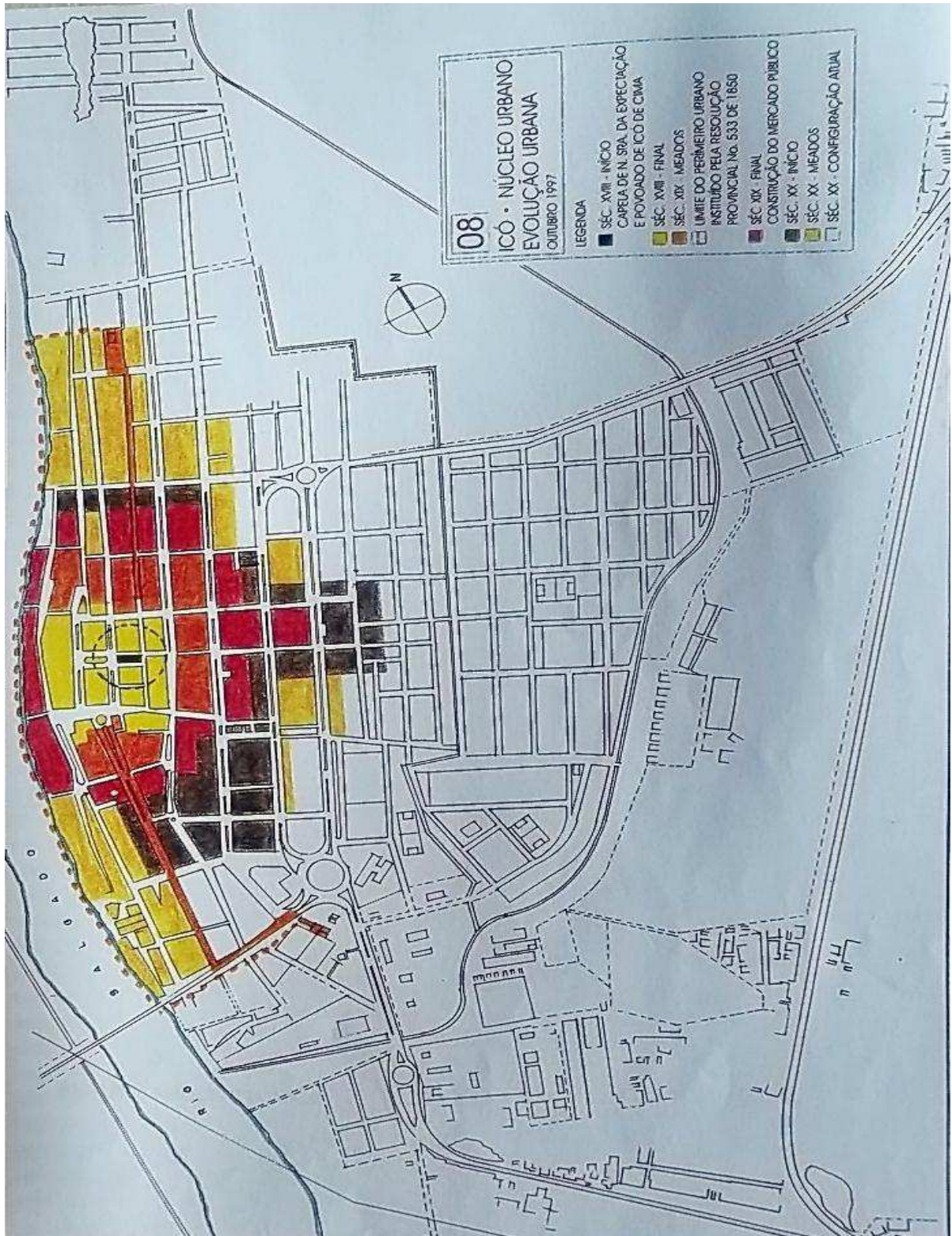
Na década de 1960, alguns acontecimentos em Icó merecem destaque. Entre eles a implantação do perímetro irrigado Icó-Lima Campos, a pavimentação das ruas e a construção da Rodoviária. As rodovias BR 116 e CE 84 merecem destaque também, pois contribuíram para o surgimento de um novo núcleo comercial no município.

O Icó, desde sua origem, vem passando por grandes transformações. Problemas com a seca, problemas na economia, na política, construções que causaram alterações na sua parte urbanística etc. Essas crises econômicas e estagnações sociais, de certa forma, contribuíram para a preservação de vários imóveis que fazem parte do centro histórico da cidade. Sobre isso, os próprios agentes do IPHAN afirmaram:

“A concentração do poder na capital do estado e a perda de importância de Icó como entreposto comercial e polo agrícola enfraqueceram-na política e economicamente. Contudo este fato foi também responsável pela preservação de grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade. As localizações da rodoviária e da nova área de expansão urbana, pouparam o núcleo histórico de maiores alterações. Ao lado disso as terras do perímetro irrigado localizadas à oeste do Rio Salgado impediram a expansão da cidade nesta direção e ajudaram a preservar uma das características urbanísticas mais fortes das antigas cidades cearenses...” (IPHAN, 1997, p.24).

A figura a seguir é a última disponibilizada pelo documento do IPHAN sobre a evolução urbana do município de Icó.

Figura 6: Mapa que mostra a configuração da época sobre a evolução urbana de Icó.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó - Estudo para Tombamento Federal vol. 1

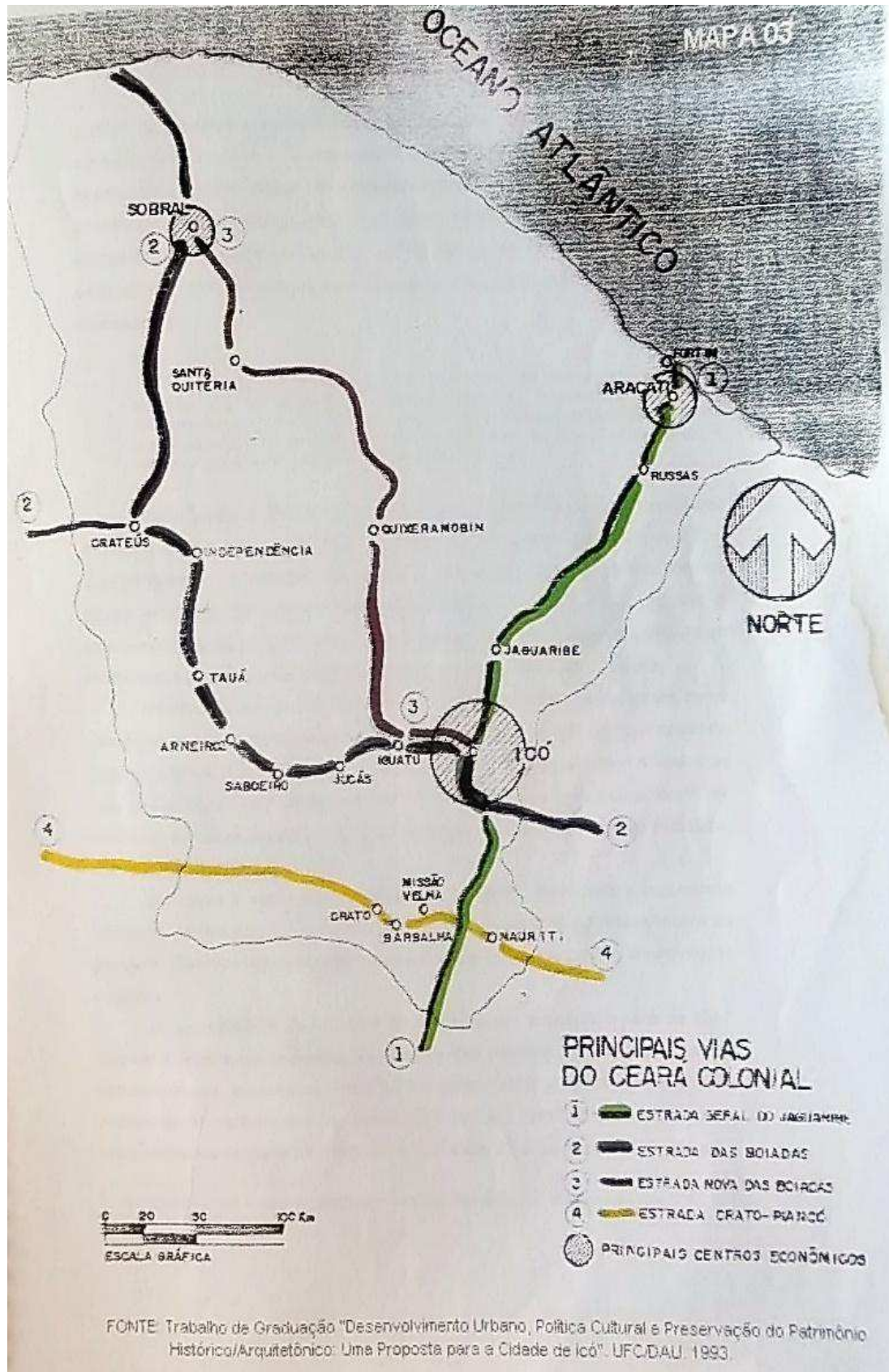
2.2– Histórico do teatro

No Estado do Ceará, três cidades conservam de modo mais íntegro os testemunhos materiais do processo de colonização do sertão nordestino, são elas: Icó, Aracati e Sobral.

Por causa da sua localização geográfica estratégica, elas constituíram os principais eixos de desenvolvimento e ocupação dessa porção do território nacional e de formação de uma importante rede de cidades.

A imagem a seguir é de fundamental importância para o entendimento de como a ocupação do Ceará ocorreu.

Figura 7: Principais vias do Ceará colonial.



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó - Estudo para Tombamento Federal vol. 1

Nesta parte do Brasil a colonização se deu de dentro para fora, ou seja, não ocorreu vindo do litoral como na maioria das terras ocupadas pelos portugueses. A costa cearense foi sido visitada desde o século XVII por portugueses e holandeses, mas o processo de colonização economicamente sedimentado nessa região começou no sertão e desenvolveu-se somente no século XVIII.

Os parágrafos anteriores são para demonstrar a importância econômica das três cidades no Estado do Ceará, mesmo antes de Fortaleza. Essas cidades também entram em destaque pelo fato delas possuírem hoje um patrimônio cultural de uma grandeza enorme e que como no caso de Icó, onde o IPHAN realizou o tombamento de seu espaço histórico, nelas também, o mesmo ocorreu.

De acordo com a análise arquitetônica¹⁰, o teatro encontra-se localizado na principal praça da cidade do Icó. Tendo como início e término de sua construção, o ano de 1860, inserido na cidade pelo médico francês Pedro Theberge, então radicado no Icó. Naquela época, o município se destacava como centro de criação de gado, sendo um dos mais importantes entrepostos comerciais do Nordeste.

A parte posterior do edifício, ou de complemento, foi alterada, conferindo-lhe feições que até hoje são predominantes. Serviu durante muitos anos como casa de espetáculos cinematográficos, sofrendo algumas descaracterizações pela adaptação ao uso de então.

A construção do piso de cimento em placa de duas cores, a reconstrução das alas esquerda e direita em alvenaria e os retoques na fachada principal são algumas das melhorias apontadas. Inativo em 1934, o teatro foi reaberto em maio de 1935, recuperado e parcialmente reformado.

Após 1950, houve um período em que o prédio serviu de forma adaptada a exhibições de filmes e, na década seguinte, no foyer, funcionava uma emissora de rádio. Nos anos 1970, o teto da plateia chegou a ruir e novamente o prédio sofreu interdição.

Em 1978, Francisco Augusto Veloso, chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura do Estado propôs à Secretaria de Planejamento da Presidência da República um projeto de restauração do teatro, assinado pelos arquitetos

¹⁰ Análise encontrada no livro - Icó: Estudo para Tombamento Federal volume 1.

Domingos Cruz Linheiro e Vera Mamede Accioly. No capítulo 3, vamos entender melhor esse processo de restauração.

Com recursos do Programa de Cidades Históricas (PCH) da Fundação Pró-Memória, o Governo Virgílio Távora em convênio com a Prefeitura de Icó, na gestão de Quilon Peixoto Farias, iniciou em 1979 as obras de restauração e em outubro de 1980 o teatro foi mais uma vez reaberto como espaço cênico.

Da programação e reabertura, que se estendeu por todos os fins de semana de novembro, participam a Academia Hugo Bianchi, a Comédia Cearense e os grupos independentes de Teatro Amador, Pesquisa e Vanguarda.

O teatro foi totalmente recuperado no período de 1979/80, com projeto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, cabendo a obra a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado e Secretaria de Obras do Estado do Ceará (SOEC), ele é protegido pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, através do decreto nº 16.237 de 30 de novembro de 1983.

O Teatro da Ribeira dos Icó desponta como uma das peças mais valiosas do acervo. Foi por ele que o Programa Monumenta/IPHAN do Ministério da Cultura começou seu projeto de restauração do patrimônio edificado de Icó.

Depois de restaurado, foi reaberto ao público. A construção de dois pavimentos de característica neoclássica, projetada pelo médico e historiador francês Pedro Thebérge, sofreu algumas intervenções na cobertura e nos forros, esquadrias, pisos, paredes e revestimentos, além da climatização e pinturas externas e internas.

O edifício é remanescente da fase áurea da cidade como centro de atividade econômica alicerçada na criação do gado, no cultivo das vazantes do rio Salgado e no comércio, durante o final do século XVIII até meados do século XIX.

Por sua relevância histórico-cultural, foi tombado em 1983. Outro empreendimento concluído pelo Monumenta em Icó é a revitalização do Largo do Thebérge, nele podemos observar o entorno, ou seja, os prédios nos arredores do teatro. O local recebeu novo calçamento, iluminação, paisagismo e mobiliário urbano.

2.3 – Elementos físicos e arquitetônicos

Para se falar de elementos físicos e arquitetônicos de determinado imóvel, neste caso, do teatro de Icó, não posso esquecer-me de citar que ele possui no seu estilo a influência neoclássica.

Este estilo na verdade é um movimento cultural que ocorreu no final do século XVIII e se estendeu pelo século XIX. A sua identificação está ligada a retomada da cultura clássica por parte da Europa Ocidental em reação ao estilo Barroco e Rococó. Ainda assim, o Neoclassicismo oferece a discussão dos valores clássicos, em contraposição ao Classicismo renascentista.

A concepção de um ideal de beleza eterno e imutável não se sustenta mais. Para os neoclassicistas, os princípios da era clássica deveriam ser adaptados à realidade moderna. Os arquitetos formados no clima cultural do racionalismo iluminista e educados no entusiasmo crescente pela Civilização Clássica eram cada vez mais conhecidos e estudados devido aos progressos da Arqueologia e da História.

Vejamos agora algumas características da arquitetura neoclássica: materiais nobres (pedra, mármore, granito, madeiras); processos técnicos avançados, sistemas construtivos simples, linhas ortogonais, formas regulares, geométricas e simétricas, volumes corpóreos, maciços, bem definidos por planos murais lisos, uso de abóbada de berço ou de aresta, uso de cúpulas, espaços interiores organizados segundo critérios geométricos e formais de grande racionalidade, pórticos colunados, etc.

O estilo neoclássico aparece no Brasil em 1816 por causa da Missão Artística Francesa, contratada para fundar e dirigir no Rio de Janeiro uma Escola de Artes e Ofícios. Nela, entre outros, estava o pintor Jean-Baptiste Debret. Em 1826 é fundada a Academia Imperial de Belas-Artes, Atualmente Academia Nacional, que adota o gosto neoclássico europeu e atraindo assim outros pintores estrangeiros renomados, como Auguste Marie Taunay e Johann Moritz Rugendas. Pintores brasileiros que merecem destaque nesse período são Manuel de Araújo Porto-Alegre e Rafael Mendes Carvalho.

No país, a tendência torna-se visível na arquitetura. Por exemplo: O Museu Imperial em Petrópolis, O Palácio Itamaraty e o edifício da Praça do Comércio (atual prédio da alfândega), ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Seu expoente é Grandjean de Montigny (1776-1850), que chegou com a Missão Francesa. Suas obras, como a atual sede da reitoria da Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro, adaptam a estética neoclássica ao clima tropical. Mesmo que sua fundamentação fosse de uma sociedade agrário-escravocrata e com um comércio relativamente atrasado, tendo um governo monárquico.

A influência neoclássica se deu no Brasil por causa do contato direto que os centros maiores do litoral, especialmente Rio de Janeiro, Belém e Recife possuíam com a Europa, desenvolvendo assim um nível mais complexo de arte e arquitetura que se integrou nos moldes internacionais da sua época.

Esse estilo é encontrado também no teatro de Icó, o qual faz parte de um centro arquitetônico muito importante para a História do nosso país. Particularmente, o estilo neoclássico foi introduzido na cidade por um médico francês de nome Pedro Theberge:

“Sua fachada principal é constituída de dois níveis, sendo o superior recuado nas laterais para possibilitar a presença dos balcões com balaustres perfilados. O térreo constitui-se de uma série de vãos em arco pleno que se alteram com muros precedidos de pares de colunas de fuste levemente abaulado. O pavimento superior comporta três vãos retos sobre balcões de ferro, alternados com panos de parede precedidos por pares de colunas iguais às do térreo, que nascem na altura dos balcões. Essas colunas suportam entablamento triangular adornando com medalhão central ladeado por arabescos e três coruchéus. As portas do térreo são cegas e as do primeiro nível envidraçadas. Seu interior contrasta visivelmente com a fachada pela simplicidade. Apresentada solução comum para este tipo de edificação: hall, anfiteatro em ‘U’, formado por duas galenas em madeira, com telhado aparente. A parte interna lembra outros teatros, como o de Sobral, no Ceará, e o de Sabará, em Minas Gerais.” (IPHAN, p.28).

A citação a cima mostra algumas das características do estilo neoclássico. Tais características fizeram com que o teatro de Icó passasse a ter valor para se tornar um item a ser tombado pelo IPHAN.

2.4 – O teatro e seus arredores

Sobre os espaços abertos, acidentes naturais, isoladamente ou em conjunto, os referentes pontos relacionados à inteligibilidade dos espaços urbanos, leitura de cidades, para Lemos, são considerados como bens culturais onde o seu aproveitamento, no sentido de usufruir, é um direito que toda a população tem. Segundo Lemos, este espaço é aquele

“... que reúne um traçado urbano qualquer acompanhado de construções originais que podemos chamar de primárias, suas contemporâneas como já vimos. É aquela que encontramos em Brasília, Ouro Preto, em Parati, em Areias, no vale do Paraíba e em certos trechos de Iguape e de tantas outras cidades velhas que, por um motivo ou outro, guardam seus edifícios antigos formando verdadeiras ‘manchas’, cujos relacionamentos primitivos com as áreas livres originais ainda estão conservados.” (LEMOS, 1981, p. 62).

De acordo com esta citação, percebo que o amplo espaço diante e ao lado do qual se encontra o teatro de Icó, é muito importante, pois além de formar um grande conjunto arquitetônico composto pela antiga Casa de Câmara e Cadeia, o Sobrado do Barão do Crato, Igreja do Senhor do Bonfim, entre outros, reúne também os mesmos valores e características expressas no contexto das outras cidades.

Nos primeiros tempos do SPHAN, os tombamentos de núcleos históricos eram realizados de acordo com o número notável de bens excepcionais encontrados nestes mesmos núcleos, visando assim à proteção desse conjunto. Mas, após um texto que foi publicado por M. F. de Andrade, em que ele diz que a partir de agora o que vale para se tomar determinados núcleos históricos não é mais o número de bens encontrados neles e sim quando este constitui uma criação notável e representativa e a organização da vida social de um povo, percebendo através desses bens a fase de sua evolução. Só assim é que foram tombados vários centros históricos.

No Icó, o perímetro selecionado para construir o “entorno” de proteção do conjunto a ser tombado decorreu diretamente das seguintes necessidades: preservação de sua ambiência,

manutenção de relações visuais fundamentais entre essa massa construída e os elementos da paisagem que a circundam, permitindo-se a preservação de importantes vistas a distância do conjunto, proteção de certas características morfológicas que o ambientam e necessidade de controle de algumas áreas críticas da cidade que poderiam interferir negativamente na apreensão do conjunto tombado.

Este último é o caso da vizinhança da Igreja de N. Sra. do Monte, onde a confluência dos principais acessos da cidade – Ponte Piquet Carneiro, Av. do Cruzeiro e Av. Carlota Távora – além da presença de equipamentos como a Rodoviária e o Hospital Regional impõem pelo seu potencial de interferência e renovação a instituição de uma área de proteção do entorno.

Esta se destina tanto à proteção visual ambiental da igreja quanto do setor sul do conjunto tombado. Já as quadras incluídas no entorno do Mercado Público e da Igreja do Rosário servirão para proteger determinadas relações de escala, altura e ocupação que preservam os traços básicos de identidade urbana que ambientam esses monumentos. O quadriculado rígido do sistema de vias a implantação de costas para o Rio Salgado, a presença de um casario popular miúdo e por fim, a manutenção da escala da grande esplanada da Rua Dr. Inácio Dias, é imprescindível à apreensão da praça onde surgiu a cidade.

Sendo assim, o (IPHAN, 1997, p. 36) percebeu que

“... o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estavam completo sem sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem nenhuma dúvida o conjunto arquitetônico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país.”

De acordo com o que foi dito, a 4ª coordenação Regional do IPHAN (CE/RN) só incluiu a cidade de Icó no seu quadro de preservação por possuir um grande valor histórico, que seria a árdua conquista do sertão contada por suas construções antigas, especialmente o Teatro Da Ribeira dos Icó.

CAPÍTULO 3

RESTAURAÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO DO BEM PATRIMONIAL

Restaurar é uma ação recuperadora de valores estéticos e históricos de um determinado bem. A restauração do teatro de Icó buscou justamente recuperar esses valores que foram perdidos em razão da falta de conservação permanente do imóvel. O terceiro capítulo vem mostrar como essa restauração aconteceu e quem foram seus propositores.

Este capítulo também aborda de que forma a restauração servil para manter o teatro erguido, visto que não possuía uma manutenção correta, causando com isso a deterioração gradativa e a necessidade de realizar maiores intervenções no imóvel a ponto de precisar passar por esse processo.

Adiante discutiremos também como uma manutenção adequada e constante do bem tombado pode evitar o acúmulo de problemas maiores de conservação e conseqüentemente intervenções mais graves e dispendiosas.

Finalmente objetivamos analisar o teatro como um bem cultural, o seu uso como patrimônio e seus significados para a população icoense como fonte e expansão dessa cultura.

3.1 Como ocorreu?

Antes do tombamento em 1983, o teatro passou por uma restauração para a sua conservação necessária e também para continuar-se de pé. Para que esta restauração ocorresse, criou-se um termo aditivo de retificação e ratificação ao convênio firmado entre duas instituições para adquirir recursos financeiros para tal obra.

Vejamos o que este termo nos diz:

“A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, doravante denominada SEPLAN/ PR, neste ato representada pelo seu Secretário de Articulação com Estados e Municípios, Doutor PEDRO PAULO DE ULYSSÉA e a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, doravante denominada SECRETARIA, neste

ato representada pelo seu Secretário, Doutor LUIZ GONZAGA FONSECA MOTA, tendo firmado em 13 de março de 1979 convênio com a finalidade de alocar recursos financeiros do programa de Cidades Históricas, para as obras de restauração do Teatro Municipal de Icó...” (IPHAN, p. 2)

Neste mesmo ano, 1979, outras construções também eram restauradas passando pelo mesmo processo que o teatro, ou seja, convênios criados entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e suas respectivas regiões. No caso do Teatro, o convênio foi entre a Secretaria e o Estado do Ceará, já que o mesmo se encontrava nesta região. Já em outros casos, entre a Secretaria e o Estado do Espírito Santo, para a restauração dos prédios do Porto de São Mateus, bem como o convênio firmado entre a Secretaria e Estado de Minas Gerais para as obras de restauração do antigo senado mineiro, entre outros.

Voltando para o teatro de Icó, a sua restauração foi proposta por Francisco Augusto Veloso, que na época era chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. A sua proposta à Secretaria de Planejamento da Presidência da República veio em forma de um projeto de restauração do teatro, assinado pelos arquitetos Domingos Cruz Linheiro e Vera Mamede Acioly.

O projeto de restauração do teatro baseou-se em deixar de lado a forma em que ele se encontrava, abandonado, em desuso pelo fato de ter sido transformado em cinema e trazer de volta a sua função original que é a de ser um teatro.

A justificativa para a elaboração desse projeto traz principalmente a importância que a cidade de Icó possui por causados seus vários prédios antigos, aos quais, Francisco Augusto Veloso queria preservar com seu projeto de restauração. Mas não apenas isso, não somente por causa das construções antigas, mas também pela própria história da cidade, que vem se desenvolvendo desde o período em que era apenas uma Vila.

O Icó era uma das três vilas mais importantes do estado do Ceará, data de 1736, tendo sido elevada à categoria de cidade em 1842. Por todo o século XIX, teve como principal atividade econômica a criação de gado e o comércio, o qual era forte pelo fato de Icó se encontrar próximo as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí. A cidade decaiu, entre outros fatores, por causa de seca de 1877, ocasionando um grande prejuízo na sua economia local.

A vida local, com seus costumes, condições econômicas e climáticas causaram influências na arquitetura, principalmente no fim do século XVIII. Observa-se nas edificações uma adaptação ao meio ambiente, ajudando a criar uma fisionomia própria.

A Igreja matriz serviu para a formação do conjunto arquitetônico mais representativo de Icó, com uma grande praça tendo a sua volta outros prédios de grandes valores históricos, como por exemplo: a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro Municipal, o Sobrado do Barão do Crato e outras Igrejas, fora as residências que foram construídas ao lado desses imóveis.

O projeto de restauração queria valorizar tudo isso, já que faz parte da construção histórica da cidade. Pode-se perceber a preocupação no processo de restauração do teatro dentro da justificativa encontrada no próprio projeto de restauração de acordo com a citação a seguir:

“Justifica-se plenamente a proposição, visando à restauração do Teatro Municipal, tendo em vista os seguintes pontos: O valor histórico e artístico da Edificação; estar o projeto incluído dentro da relação de obras prioritárias do Estado do Ceará; a necessidade para a comunidade do uso proposto para a edificação; e ser o projeto elemento catalisador de novas ações de revitalização na cidade de Icó.” (IPHAN, p.106).

Após a aceitação do projeto pela Secretaria e a liberação da verba, deram-se início às obras. Contudo, essas obras não ficaram sem acompanhamento. Pelo contrário, aconteceram inspeções, foram feitos relatórios, contrato com a firma responsável pelas obras, tudo isso para que tudo ocorresse bem e também para se ter um controle do dinheiro destinado a essa atividade.

De acordo com a análise do relatório de obras, a restauração do teatro faz parte do programa de Cidades Históricas da SEPLAN-PR, projeto de número CE-004, com finalidade de readaptação do prédio. Tem sob vigilância o engenheiro Argos Antônio Mesquita Martins e o arquiteto Francisco Veloso, ambos orientaram as obras de maneira consciente, bem como alterações ocorridas durante a restauração:

“A restauração do referido prédio foi objeto de projeto de restauração para readaptação do teatro Municipal. A obra encontra-se em andamento com os serviços em fase de conclusão. Todas as etapas seguiram rigorosamente as indicações constantes nas especificações sob a vigilância do Engenheiro Argos Antônio Mesquita Martins, que juntamente com o Arquiteto Francisco Veloso vem orientado a obra de maneira consciente em todos os aspectos. Além dos serviços previstos e realizados, foram executados outros surgidos em virtude da necessidade de oferecer ao monumento uma maior estabilidade e agenciar o seu entorno, como sejam: Reforço das paredes laterais com demolições consequentes; Demolição de lajes de madeira e tijolo, com substituição por laje de concreto armado sobre a bilheteria e bar; Complemento e reforço estrutural com demolição do tímpano e Urbanização externa com iluminação e demais instalações.” (IPHAN, p.21).

Já sobre o contrato com a firma responsável pelas obras, o documento mostra claramente como ocorreu às negociações entre a Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC), autarquia Estadual situada na Rua Dragão do Mar, nº 81, em Fortaleza, representada pelo seu Superintendente, Engenheiro Edberto Machado Lopes, e a firma LEIMO empreendimentos e construções, sediada na Rua Senador Pompeu nº 293, Crato-CE, representada pelo seu Sócio-Gerente, Francisco de Assis Esmeraldo Barreto.

O contrato entre as instituições SOEC e LEIMO é composto por 17 cláusulas. Nelas pode-se ver todo o processo estabelecido entre ambas para as atividades responsáveis da LEIMO voltadas para a restauração do teatro.

Uma peça de fundamental importância para a realização da restauração do teatro foi a criação da Fundação Nacional Pró-Memória. Sobre esse projeto, pode-se abordar que em 26 de novembro de 1979, essa Fundação era criada com a responsabilidade de proporcionar meios e recursos para permitir a realização da preservação de acervos culturais e paisagísticos no Brasil.

Um órgão que agia junto com o IPHAN, o qual era órgão normativo e o Pró-Memória por sua vez, como órgão operacional. Mas até a criação da Fundação, muita coisa aconteceu. Vejamos.

A criação do Programa Cidades Históricas (PCH), contribuiu para que o IPHAN conseguisse mais recursos para a realização das suas atividades. O programa serviu também

para uma melhor organização dos recursos dentro da instituição. A citação a seguir afirma que:

“Em princípios de 1978 estabeleceu-se o consenso de que para bem gerir esses recursos havia a necessidade de uma reforma administrativa do órgão, e para isso foi assinado convênio de assistência técnica com a SEMOR (Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa da SEPAN/PR). O diagnóstico que em consequência foi elaborado não apenas veio a confirmar tal consenso como na realidade apontou, de forma dramática, a virtual situação de inviabilidade em que se encontrava a instituição.” (IPHAN, 1980. p.26).

Com a substituição do arquiteto Renato Soares, que passou 43 anos na coordenação do IPHAN, pelo professor Aloísio Sérgio de Magalhães, deu-se início às grandes mudanças dentro da instituição que vieram a contribuir futuramente na criação do Pró-Memória. Uma delas foi a reformulação do conceito de bem cultural, que já existia desde a fundação do IPHAN, mas que não era compatível às condições concretas do momento, portanto, não permitia o seu funcionamento, pois era necessário um conceito de bem cultural que abrangesse as múltiplas manifestações do fazer do homem. É o que podemos ver na citação a seguir:

“E como essa situação se prolongou por muito tempo, agravada pelos efeitos da urbanização acelerada e da especulação imobiliária que se fizeram sentir de modo especial a partir dos anos 50, sem que tivesse havido em contrapartida um crescimento paralelo dos recursos financeiros e uma adequada agilização do órgão, verificou-se por fim uma como que hipertrofia dos setores dedicados à conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente nos representantes da aculturação da arquitetura europeia no Brasil.” (IPHAN, 1980. p.26 e 27).

Ou seja, além de uma boa administração de recursos, quando o tivesse, era necessário também ir além dessa arquitetura europeia. Precisava de um olhar voltado para a contribuição e a realização da cultura brasileira como parte desse processo de construção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Essa valorização aconteceu quando o Centro Nacional de Referência Cultural foi incorporado ao IPHAN, pois vinha se destacando por seus projetos que valorizavam o artesanato, a preservação cultural e estudava outros modelos alternativos que contribuía para as transformações sócio-culturais do país.

Outro fato importante, o PCH muito contribuiu para o aumento desses recursos, através deles, houve uma revitalização dos núcleos históricos urbanos e um maior atendimento as necessidades regionais.

“As atividades do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural vieram, portanto, complementar a ação do IPHAN a nível institucional, alargando e aprofundando o seu envolvimento com os bens culturais. Mas cedo se tornou claro que esse envolvimento só encontraria sua verdadeira significação e finalidade se traduzisse em envolvimento efetivo com as comunidades que estão intimamente associadas a esses bens. E foi com esse intuito que o IPHAN procurou por todos os meios a seu alcance estabelecer desde 1979 um diálogo permanente com os diversos segmentos da sociedade brasileira, convencido de que era preciso estimular de maneira generalizada a solicitude comunitária para com um patrimônio que pertence a todos.” (IPHAN, 1980. p.27).

Com a sua estrutura abalada, por causa da escassez de verbas extra-orçamentárias, a rígida administração ainda tinha mais um problema em mãos. O IPHAN não conseguia segurar, digamos assim, os profissionais que formava na área da restauração, pois acabavam procurando outras atividades e com isso se desvinculavam da instituição por não poderem participar do seu quadro pessoal. Que fique bem claro. Isso só ocorreu pelo fato dos padrões de serviço público da época.

Estava claro então que o IPHAN precisava de uma reestruturação na sua administração. Mas como isso aconteceu? Essa ideia foi abraçada pelo ministro Eduardo Portela e por outras autoridades do Governo Federal que fizeram uma reformulação no órgão, com manutenções em certos instrumentos legais para atuar com mais eficácia na preservação do patrimônio. Feito isso esses instrumentos legais passaram a favorecer a instituição, pois agora ela tinha o poder de intervir e embargar obras.

Foi nesse processo de mudanças na estrutura da instituição IPHAN que nasceu o Pró-Memória. Veja a citação a seguir:

“Os trabalhos tiveram seu desfecho natural a 13 de novembro de 1979, na sede do IPHAN em Brasília, quando o Presente João Figueiredo assinou o Decreto-lei nº 84.198 (Anexo XXVI), que criou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a mensagem encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de lei que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação nacional Pró-Memória. Na mesma ocasião o Presidente da República assinou ato transferindo a responsabilidade de execução do programa de Cidades Históricas da SEPLAN/PR para o IPHAN, aprovando exposição de motivos originária do MEC e da SEPLAN/PR.” (IPHAN, 1980. p.28).

A partir de então os futuros trabalhos da instituição buscaram a inclusão ou reinserção dos monumentos, sítios, bens móveis, seus núcleos urbanos, cidades com o seu valor histórico, paisagístico e arqueológico. Ou seja, tinha o propósito de encontrar e distinguir tudo o que se integra ao patrimônio histórico e artístico do nosso país.

3.2 Manutenção: uma forma de conservação

Quando um bem tombado encontra-se protegido legalmente, a finalidade para tal ação é que o mesmo possa ser conhecido e usufruído indefinidamente. Ao menos é o que se pensa de um imóvel tombado. Os bens devem ser mantidos como deve ser mantida qualquer outra propriedade.

Eles devem ser usados e aproveitados, devendo inclusive ter uma função social, isto é, ser ocupados para atividades comunitárias, a fim de se manterem como elementos dinâmicos.

A manutenção adequada e constante do bem tombado evita o acúmulo de problemas de conservação e suas consequências mais graves, a deterioração gradativa do

bem e a necessidade de realizar intervenções maiores e mais dispendiosas, como uma futura restauração.

No caso do teatro do Icó, a restauração serviu como uma ação que recuperou seus valores estéticos e históricos, perdidos em razão da falta de conservação permanente.

Após a conclusão dos trabalhos de restauração, de acordo com um convênio criado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Icó, neste ato, representada pelo prefeito Quilon Peixoto Farias, a esta instituição, ficou a responsabilidade das atividades de conservação e manutenção do teatro.

O convênio citado a cima foi composto por sete cláusulas e foi assinado em comum acordo entre Luiz de Gonzaga Mota, Secretário de Planejamento e Coordenação e o Prefeito Quilon Peixoto Farias, em 24 de outubro de 1979.

Segundo o documento, as cláusulas abordam que a prefeitura, a partir do término da restauração do teatro, teria como responsabilidade a preservação de suas dependências, mantendo-as em perfeito estado, respondendo pelas perdas e danos caso viessem a ocorrer.

Diz ainda que os reparos futuros teriam que ser repassados a um órgão de maior competência, no caso a Divisão do Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado, para os devidos fins. A Prefeitura também seria responsável pelas despesas com a manutenção do teatro, incluindo o pagamento de serviços necessários ao bom funcionamento do mesmo. Isso lá no fim dos anos 1980.

Atualmente, a prefeitura municipal de Icó não possui um projeto voltado para essa finalidade, ou seja, para restauração e manutenção dos bens tombados.

O que se pode ver na cidade, são obras realizadas pelo próprio IPHAN no nível de restauro. Já sobre conservação, esta última acontece com pinturas e reparos feitos pelo próprio órgão citado anteriormente.

A ocupação do teatro com o seu uso adequado, além de facilitar sua conservação, possibilitam a reintegração do bem à vida da comunidade. Sobre a integração das atividades do teatro na sociedade icoense, essa vem acontecendo lentamente, mas ao

mesmo tempo vem também ganhando forças e envolvendo ainda mais a comunidade em seus eventos culturais que o caracterizam.

Após todo esse processo é importante falar sobre a expansão da cultura na cidade de Icó através do teatro.

3.3 Usos do bem como patrimônio

Ao longo do tempo, mesmo depois de tantas influências, dá para perceber que o teatro de hoje é uma arte muito rica, muito misturada. Existe a ópera, o teatro de bonecos, o teatro-dança, os musicais, o teatro de rua, o que é feito com espaços alternativos, como por exemplo: hospitais, prédios, etc. Enfim é uma verdadeira mistura.

Quando surgiu o cinema, há mais de cem anos, muita gente achou que seria o fim do teatro. Falavam que o cinema iria substituí-lo, porque podia criar histórias mais próximas da realidade.

Mas isso não aconteceu, pois o teatro nos enche de emoções, alegrias, risadas, tristezas, gargalhadas e até mesmo algumas lágrimas. E isso nos faz interagir com ele, fazendo com que nosso conhecimento aumente a cada espetáculo, a cada peça.

O teatro exerce um papel fundamental, como uma ponte, na expansão da cultura e do conhecimento produzido, digamos assim, pelo homem e ajudando a repassar esse conhecimento, esse saber cultural através dos tempos.

Uma das importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, não só do Icó, mas em qualquer outro lugar em que ele se encontre, é que ele aparece de forma diferentemente das outras modalidades da cultura. O Patrimônio Cultural apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos, de parcerias e de novos negócios.

Quando falo desses novos negócios, quero dizer que a cidade de Icó passa agora por uma transformação voltada para esse patrimônio, pois o município está integrado em um

elenco de vinte municípios históricos do Brasil selecionados pelo Ministério da Cultura para ter prioridade nos investimentos destinados à restauração do acervo arquitetônico e cultural.

A transformação de Icó em um destino turístico, no entanto, está condicionada à transformação dos elementos da cultura e os atrativos em atrações turísticas. Com efeito, esses atrativos culturais, para trazerem resultados no campo do turismo, deverão ser estruturados como atrações turísticas, que comporão a matriz econômica do município. Através dessa transformação, diversos outros segmentos do município, como a agricultura, o comércio, os transportes e os serviços em geral, também podem dar um salto na sua economia.

Mas o que de fato acontece é uma falta de divulgação dessa parte voltada ao turismo. Muita gente já sabe da questão patrimonial no Icó, mas tal área poderia ser mais explorada, principalmente pelo próprio município, que deveria procurar aumentar a divulgação para as cidades mais próximas. Esse trabalho ficaria a cargo da Secretaria de Cultura, levando o conhecimento desse patrimônio a outros estados, através da propaganda televisionada. Mas enquanto isso não acontece, a cidade ainda caminha devagar nesse aspecto.

O efeito do tombamento na cultura municipal de Icó levantou uma questão de educação patrimonial, situação que não combinava com seu rico acervo de construções históricas. Também não havia pessoal qualificado capaz de atuar nos trabalhos de recuperação do casario antigo. Para solucionar esses problemas, articularam-se dois cursos, com o apoio da administração municipal. O primeiro com o objetivo de formar agentes de educação patrimonial e o segundo para ensinar técnicas de conservação de pinturas em monumentos edificados.

Existe uma lei que determina o ensino da história local nas escolas do Icó. As pessoas que se inscreveram no curso de pintura, jovens principalmente, procuravam uma forma de obter renda. Houve quatro turmas de educação patrimonial, num total de 72 alunos. As atividades, ao longo de 70 horas-aula, ministradas entre setembro e novembro de 2006, abrangeram o percurso de Icó desde a fundação, leis acerca do patrimônio histórico e órgãos públicos responsáveis por sua manutenção, como o IPHAN. Aos estudantes foi ensinado como devem proceder aos guias turísticos, atividade ainda incipiente, mas que poderá se desenvolver bastante no município.

Por conta própria, os alunos produziram um vídeo, em DVD, contando parte da história de Icó, focada nos principais monumentos. Para isso se convidou Miguel Porfírio de

Lima¹¹, que participou da filmagem enquanto percorria o sítio histórico e falava a respeito dos casarões e igrejas. O DVD, vendido à população e aos turistas, também tem sido apresentado nas escolas, geralmente com a participação dos ex-alunos.

O Segundo curso foi bem mais extenso. Com 200 horas-aula, o curso de pintura formou 42 alunos. Para eles, além da história de Icó, houve aulas sobre diversos temas: conceitos de arquitetura, desenho e pintura de paredes. O aprendizado teórico foi complementado por atividades de campo. Como podemos perceber, o Icó está sendo alterado aos poucos pela influência do tombamento. É o que aparece no livro: *Série Preservação e Desenvolvimento*:

“Esse novo conceito de preservação transformou alguns dos sítios beneficiados em polos de atividades culturais, turísticas e de geração de empregos, garantindo ao mesmo tempo a conservação sustentada de nosso patrimônio e melhores condições de vida para quem trabalha ou vive ali.” (IPHAN, 2008, p. 5).

No que se refere à expansão da cultura em Icó, cito aqui um acontecimento que foi favorável à população icoense. No ano de 2009 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) junto a Secretaria do Audiovisual (SAV) do Ministério da Cultura implantaram cineclubes com sala de exibição digital em, exatamente, 28 cidades históricas brasileiras. No Ceará, Icó foi uma dessas cidades a receber essa implantação, além de Aracati e Sobral.

A parceria entre as cidades e os órgãos responsáveis foi assinada em dezembro de 2009, ficando a cargo da assessoria de comunicações do IPHAN a realização dessa divulgação. O objetivo era a promoção da cultura cinematográfica, levando a experiência do cinema até a locais que ainda não existiam salas, como em Fernando de Noronha.

Nas cidades onde funcionavam os cineclubes, a escolha do espaço podia ser sugerida pelo IPHAN, Prefeitura, Secretaria de Cultura local ou sociedade civil, desde que, qualquer uma delas, esteja em parceria com o IPHAN. O acompanhamento do projeto seria feito pela Secretaria do Audiovisual que forneceria os equipamentos e os filmes da Programadora Brasil com um representativo catálogo do cinema nacional.

¹¹Professor e Historiador, Miguel Porfírio de Lima escreveu dois livros e fez parte de um documentário sobre a História de Icó.

No Icó, desde então, as exibições acontecem no Teatro da Ribeira dos Icó, espaço que ainda se encontra ocioso ante a capacidade potencial. As películas são apresentadas semanalmente com entrada franca. Logo após a exibição dos filmes estão previstos debates e outras atividades, para estimular a reflexão e um convite à participação da população.

No dia 11 de janeiro de 2006, o Icó recebeu a visita de Gilberto Gil, que na época era Ministro da Cultura. Mais de três mil pessoas saíram de suas casas para recebê-lo. Mas essa grande recepção por parte dos icoenses a Gil, talvez tenha sido mais pela curiosidade de vê-lo pessoalmente, do que pelo próprio interesse ligado ao desenvolvimento da cultura local.

A passagem do Ministro foi para inaugurar duas obras do Programa Monumenta e abrir oficialmente o I Festival de Música de Câmara do Vale do Salgado. Após a abertura do Festival, que contou com a apresentação da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho, o ministro Gil lembrou, em discurso, que nem só de pão vive o homem e que a cultura é essencial para o desenvolvimento das relações humanas. Sobre isso ele afirma:

“A plenitude da vida humana é trazida pelo o que o dinheiro não compra. O barro do coração, a poeira que as estrelas deixaram em nossos espíritos. É isso que mantém nossa coesão. É isso que faz vocês virem aqui compartilhar com seus governantes esse momento. Em outras palavras, é a cultura que traz vocês a essa praça. A cultura é a argamassa, o amálgama da sociedade, disse o ministro da cultura.”¹²

Em seguida, todos foram para o Teatro da Ribeira dos Icó, onde foram recebidos por um grupo de oito sanfoneiros de Fortaleza que interpretaram vários sucessos de Luiz Gonzaga, como Asa Branca.

Ainda em Icó, o ministro Gilberto Gil conheceu o projeto da Secretaria de Governo do Ceará SecultItinerant – Cultura em Movimento, que está chegando ao Centro Sul do Ceará. As ações do projeto envolvem o cadastramento de artistas e profissionais da cultura nas cidades envolvidas.

¹² Discurso feito sobre a importância da cultura para a sociedade local.

Mesmo com todo esforço feito pela Secretaria de Cultura local, ainda falta a vontade de um alargamento pessoal no conhecimento cultural por parte do cidadão icoense para um melhor aproveitamento das atividades culturais disponibilizadas não só pelo teatro, mas também por todos os outros prédios que formam o acervo tombado da cidade de Icó.

3.4 Significados simbólicos (artísticos, culturais e históricos)

Aquilo que o espaço físico proporciona não pode ser levado em conta como uma única forma de torná-lo especial. A própria percepção de espaço é dada por quem percebe este lugar, de quem vê, avalia, partindo dos seus sentidos e experiências vividos neste espaço. Mas o que dá sentido a um lugar é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu nele, os valores agregados ao espaço, os objetos construídos e a forma de como os sujeitos se relacionam neste ou naquele espaço.

Esse conjunto de valores representado pelos significados e símbolos projeta-se nesse e, ao mesmo tempo em que dele vai apropriando-se, imprime marcas tanto individuais como coletivas. O que dá sentido ao lugar é a cultura de sua gente, o jeito que esse povo encontrou para estar e ser em sua existência, em seu espaço, vivendo sua realidade.

Esse espaço que estou falando, se trata do Largo do Therberge, onde se encontra a maior parte dos prédios tombados do município de Icó.

Segundo SANTOS (1998, p.62),

“O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.”

Atualmente, o conjunto de obras tombadas que compõe o Largo Therberge se encontra representada pelos seus múltiplos significados, sejam eles artísticos, culturais ou simbólicos. Vejamos alguns exemplos.

Imagem 8: Igreja de Nossa Senhora da Expectação



Fonte: Acervo pessoal

A igreja da matriz, como é mais conhecida, a princípio era apenas uma capela. Ela foi construída em 1709 em um período caracterizado por conflitos entre as famílias Feitosa e Monte. Essas defendiam com bravura e prestígio as suas terras.

Segundo LIMA E SOUZA (1996, p.22) “A cidade teve início a partir da construção da capela de Nossa Senhora da Expectação, cujo patrimônio foi doado por Francisco Monte e Silva em 1709, quando em torno da capela cresceu o povoado.”

Em um desses conflitos entre as duas famílias, o Coronel Francisco Monte e Silva perdeu a sua filha, sendo esta assinada. A tradição conta que a esposa do Coronel doou 1 légua de terreno e mandou construir uma capelinha por nome de Nossa Senhora do Ó, onde sua filha foi enterrada. Dessa capela se originou a Igreja de Nossa Sra. da Expectação, que no ano 2000 passou por uma restauração realizada pelo IPHAN.

A pós a sua restauração, ela foi entregue novamente aos munícipes. Hoje a igreja é uma das mais belas obras do acervo arquitetônico que o Icó possui, sendo uma das mais escolhidas para realizações de batizados e casamentos.

Imagem 9: Igreja Senhor do Bonfim



Fonte: Acervo pessoal

A Igreja Senhor do Bonfim foi edificada no século XVIII. Na região, ela é um santuário muito venerado pelos devotos do santo por conter a imagem do mesmo, localizada no altar principal e também por ser considerado o padroeiro da cidade.

Todo dia 1º de cada ano é realizada uma procissão para comemorar a festa do Senhor do Bonfim. Esse ato ocorre, segundo a tradição, pelo fato da imagem do santo ter sido trazida de Salvador, acompanhada de uma procissão de fiéis, que realizaram todo o percurso a pé.

Essa tradição é mantida até hoje e se tornou um acontecimento de grande porte e beleza, sendo considerada uma das três maiores festas religiosas do Estado do Ceará, ficando atrás apenas da festa de São Francisco em Canindé e em primeiro lugar a festa do Padre Cícero em Juazeiro do Norte.

“A procissão percorre algumas das ruas que são enfeitadas com tapetes e ornamentos sacros, numa manifestação de regozijo pela passagem da imagem do Santo, considerado Padroeiro do Município. No momento da chegada da procissão, uma grandiosa e reluzente explosão de fogos se confunde com os aplausos e louvores dos devotos que vêm nesses gestos uma forma de expressão de sua fé e uma demonstração viva de sua adoração ao Senhor do Bonfim.” (LIMA e SOUZA. 1996, p.118).

Imagem 10: Sobrado do Canela Preta



Fonte: Acervo pessoal

O Sobrado do Canela Preta é outra “reliquia” que faz parte deste acervo. Moradia do sargento-mor João André Teixeira Mendes, o prédio que leva seu apelido foi construído na fase boa do couro e do charque na cidade. Hoje o sobrado é utilizado como Núcleo de Música Canela Preta.

No mesmo ainda funciona uma loja de artesanato produzido pela Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores e Artistas de Icó (APROARTI) e também um Estúdio. Este se encontra disponível para gravações apenas de artistas da terra e não é cobrada nenhuma taxa para a realização das gravações, só é preciso marcar horário.

Imagem 11: A Casa de Câmara e Cadeia



Fonte: Acervo pessoal

A Casa de Câmara e Cadeia foi iniciada em 2 de setembro de 1740 tendo sido concluída em 1744. Documentos relatam que o então governador, João Tefé, propôs ao Rei de Portugal que fossem cobrados impostos do meio tostão por cada cabeça de gado que fosse abatido para a Bahia e Rio de Janeiro, para com esses impostos serem construídas a Cadeia e Casa de Câmara em três vilas, inclusive em Icó.

Em 20 de Abril de 1882, foi baixado um decreto criando a capela no interior da penitenciária, que guarda em seu interior a imagem de São Domingos, protetor dos presidiários. Segundo LIMA e SILVA (1996, p.42) “A Cadeia Pública de Icó, como os demais presídios possui muitas histórias e seus ocupantes são na maioria, homens pobres cujas vidas ceifadas da liberdade, cumprem nas suas celas o que determina a lei.”

Hoje a Cadeia Pública de Icó funciona como um Centro Cultural, onde são realizados exposições de arte, peças ao ar livre, amostra de danças e a cada fim de ano, a partir de 2011, vem acontecendo o Icozeiro, evento multicultural que mistura todos os eventos anteriormente citados. Geralmente o Icozeiro acontece em um período que abrange de 10 a 12 dias, dependendo do número de atrações que possuir.

Imagem12: Teatro da Ribeira dos Icós

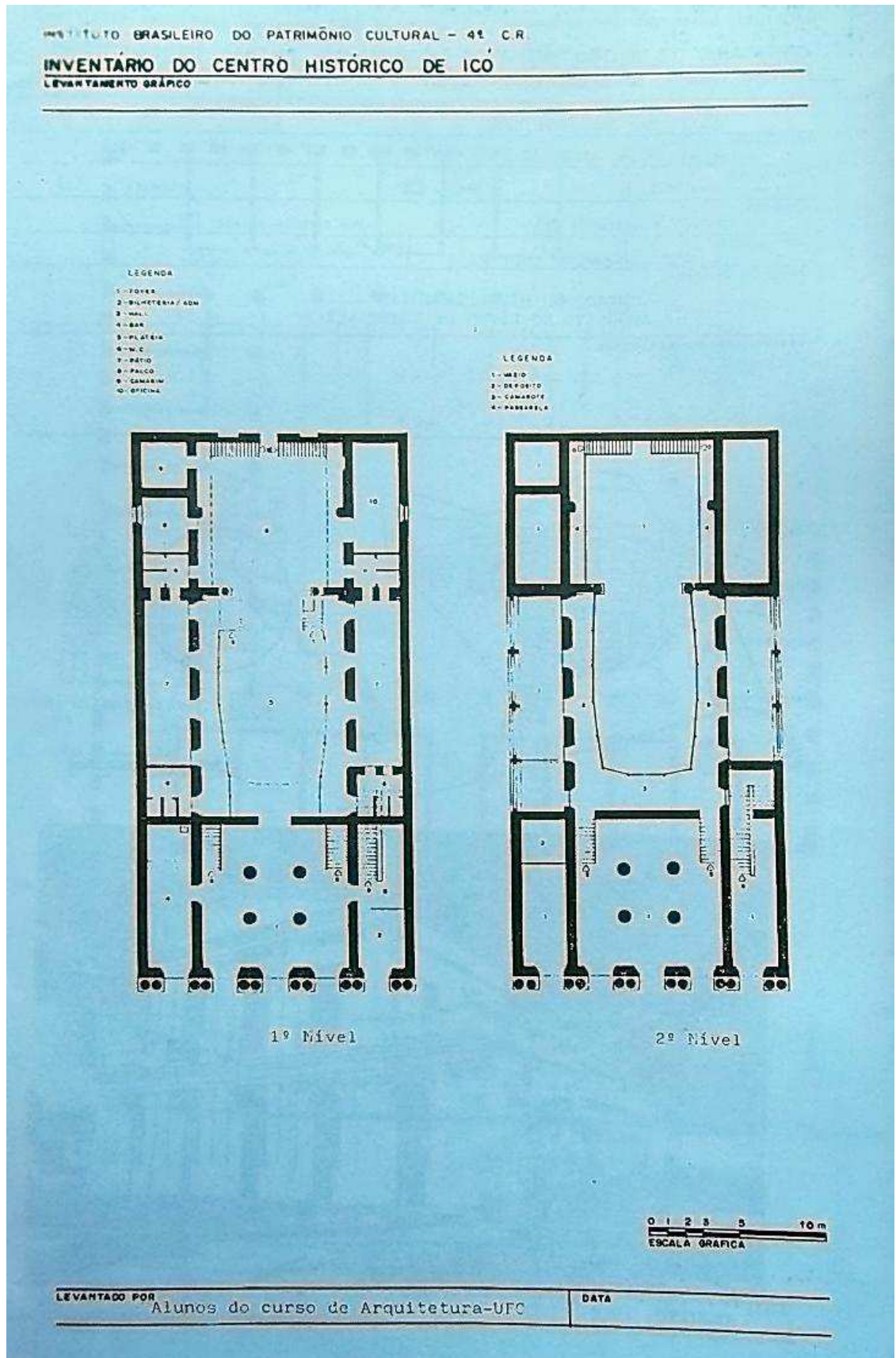


Fonte: Acervo pessoal

Por último, cito aqui o Teatro da Ribeira dos Icós, uma obra arquitetônica em versão neoclássica elaborada pelo médico e historiador francês Pedro Theberge, que com recursos próprios financiou a sua construção. A planta foi feita pelo seu filho, o engenheiro Henrique Theberge, por volta de 1860. É um prédio imponente situado na praça que leva o nome do seu criador.

A figura a seguir foi produzida pelos alunos do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará (UFC), faz parte de um inventário produzido pelos próprios alunos e nos mostra os dois níveis que compõem o teatro.

Imagem13: Plantas dos níveis que compõem o Teatro da Ribeira dos Icós



Fonte: Imagem retirada do documento do IPHAN: Icó – Estudo para Tombamento Federal vol. 3

Com isso, podemos perceber o quanto é necessário colocarmos em prioridade a preservação dos nossos bens, temos ainda que tomar consciência que isso é um dever de todos nós, não só apenas do poder público, estadual ou federal e que isso servirá para manter viva a História da nossa cidade perpassando toda essa riqueza cultural aos futuros cidadãos.

CONCLUSÃO

Antes de começar este trabalho, a primeira preocupação que ocorreu foi em como conseguir a documentação necessária para dar início à pesquisa. Após conseguir na sede do IPHAN, em Fortaleza, a documentação serviu não apenas para falar sobre o processo de tombamento do teatro da cidade de Icó, sua História, suas outras construções também tombadas e seus significados. Foi algo muito além disso.

A pesquisa concorreu para aumentar, ainda mais, o gosto pela História do teatro e pela cidade em si. Afinal, o núcleo histórico que a cidade de Icó possui na sua forma de tombamento não só evidencia o seu valor inestimável. Esse aparece no seu espaço como elemento referencial e simbólico, considerado como peça importante para a compreensão do processo de povoamento do sertão e particularmente do Estado do Ceará, bem como ampliação da valorização cultural que integra esse núcleo a outros bens culturais que também representam a nação.

Estou longe de obter aqui um resultado final para a temática abordada neste trabalho, mas acredito que esta monografia tenha respondido ao seu problema de pesquisa, o qual trata do processo de tombamento do teatro de Icó - CE. Acredito também que o mesmo servira como contribuição para grandes estudos voltados a essa temática.

Durante a produção desta monografia, buscou-se, ao decorrer de cada capítulo, entender sobre o processo de tombamento do Teatro da Ribeira dos Icó, como ele ocorreu, já que o mesmo é uma obra que faz parte da História da cidade e a própria cidade também o ajudou a se tornar um patrimônio, não apenas local, mas de nível nacional. Lembrando que além do teatro, todos os prédios que o cercam também fazem parte do conjunto arquitetônico de Icó.

Sendo assim, a análise documental e estudos feitos sobre o assunto chegaram aos seguintes resultados.

No primeiro capítulo, “*Histórico do patrimônio*”, foi abordado, por uma perspectiva histórica, o conceito de patrimônio, ou seja, a sua concepção para que adiante pudesse se chegar ao ato de tomar um determinado bem, influenciando a constituição de órgãos responsáveis e a criação de leis para os devidos fins. Falou-se também em tombamento na sua forma de preservação, de como a organização do patrimônio pode se tornar uma fonte de estudo e provas científicas ajudando a formar uma identidade nacional.

No segundo capítulo, “*O teatro enquanto patrimônio*” analisou-se todo o processo que o constituiu como tal, ou seja, processo este que vai desde a transformação da vila de Icó em cidade, passando pela própria história do teatro enquanto um edifício de relevância histórico-cultural, com seus aspectos físicos e arquitetônicos, até nos depararmos com a parte que se encontra ao lado e diante do teatro, constituindo assim o acervo de bens tombados que contempla o Largo Theberge.

No terceiro capítulo, “*A restauração*”, apresentou-se na forma de fundamental importância como um ato que precisa ocorrer em qualquer patrimônio material que queira continuar a contar sua história e fazer parte de histórias futuras. Afinal, essa ação ajuda a preservar e faz com que o imóvel se torne mais conservado, prolongando assim uma maior participação na vida da sociedade, por parte do bem, como o seu uso em atividades culturais e seus significados simbólicos, estes percebidos no terceiro capítulo nas formas artísticas, culturais e históricas, as quais dão sentido a existência do acervo tombado que se encontra atualmente na cidade de Icó.

Finalmente, reforço aqui a ideia de tombamento como processo responsável pela proteção dos bens culturais, afinal é através desta ação que os referidos prédios citados neste trabalho não foram descaracterizados e podem, atualmente, serem encontrados nesta região do Ceará.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

IPHAN - Icó. Estudo para Tombamento Federal, volume 1, 1997, dossiê IPHAN, apresentado a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, 2000.

IPHAN - Icó. Estudo para Tombamento Federal, volume 2, 1997, dossiê IPHAN, apresentado a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, 2000.

IPHAN - Icó. Estudo para Tombamento Federal, volume 3, 1997, dossiê IPHAN, apresentado a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, 2000.

IPHAN - Termo Aditivo. Seplan/PR - Seplan/CE: Projeto CE – 004 teatro de Icó, 1997, dossiê IPHAN, apresentado a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, 2000.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LIMA, Ideusuite de. SOUZA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. Fortaleza: Tropical, 1996.

NASCIMENTO, José Clewton. Icó: de Vila Pastoril à Princesa dos Sertões: uma história de rupturas e permanências, in **Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SITES

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=8954F8D1CEB9593DD22E7F42C988F4D5>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **O patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 25 abri. 2014.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_basictexts_pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 15 abri. 2014.